



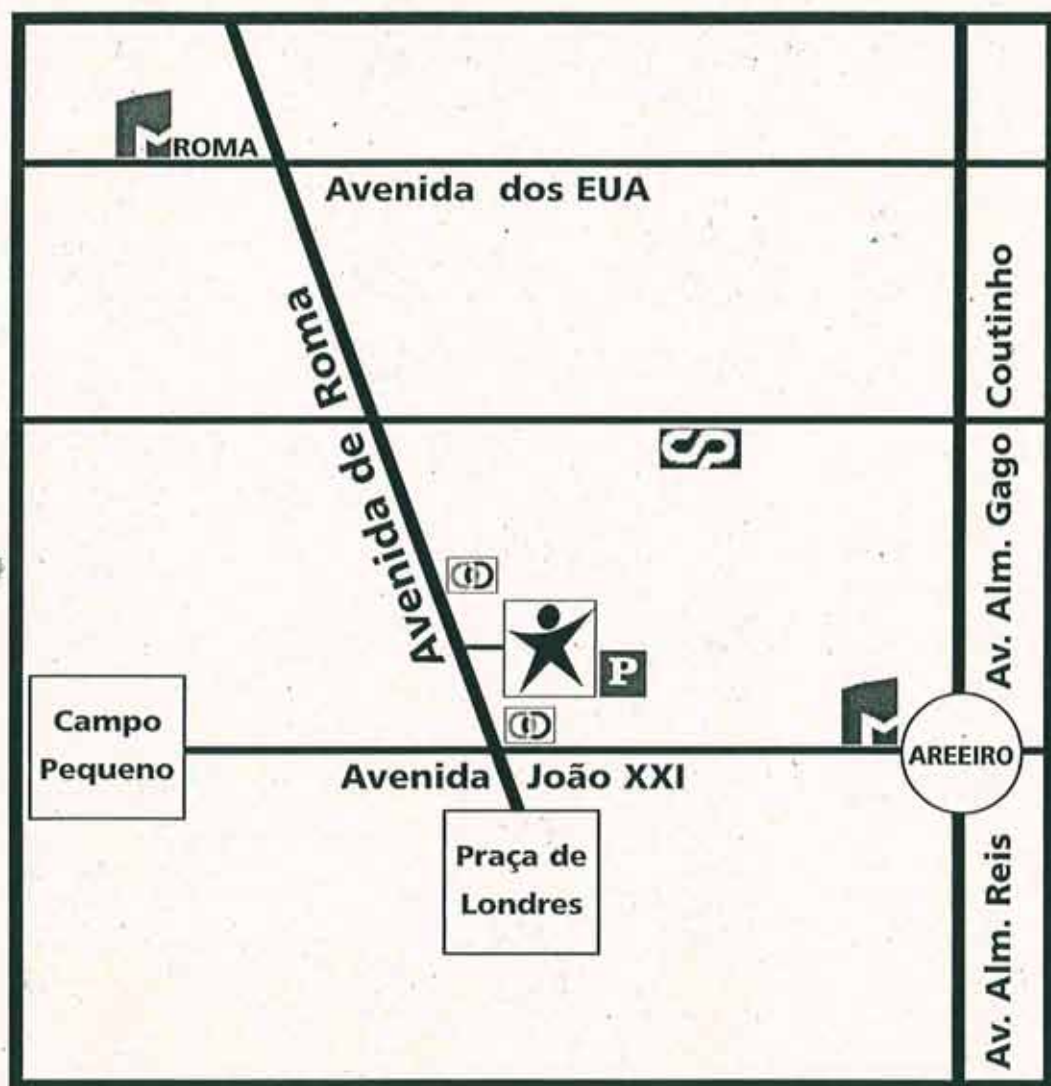
convenção
do Bloco de Esquerda
Fórum Lisboa | 10 e 11 de Maio de 2003

Como chegar ao Fórum Lisboa:

É o antigo cinema Roma (Av. Roma, 14)

M METRO: ESTAÇÃO AREEIRO OU ROMA

Ⓜ Autocarros: 7, 22, 27, 35, 40, 56, 67



B *Baby sitting* para crianças até aos 10 anos
a funcionar durante os trabalhos da Convenção

5

***Propostas de emendas e
adendas às teses políticas***

21

***Propostas de emendas e
adendas às teses europeias***

25

***Propostas de alteração
aos estatutos***

35

Mesa Nacional

37

***Contributos e opiniões
em debate***

Propostas de emendas e adendas às teses políticas



III convenção
do Bloco de Esquerda
10 e 11 de Maio de 2003

A modernidade conservadora de um país onde elas... são as primeiras nas Universidades

**FÁTIMA GRÁCIO - HELENA PINTO
MANUELA TAVARES - MARIA JOSÉ MAGALHÃES**

Portugal mudou muito...

Portugal mudou muito nos últimos anos, afirma-se nas teses em debate neste processo de Convenção do Bloco de Esquerda. Mas, o país não superou atrasos históricos decisivos, afirma-se também. Fala-se então de uma modernização conservadora que é preciso ultrapassar. E, esta é uma tarefa política a que se propõe uma esquerda socialista moderna.

A contradição entre a mudança e o atraso é visível em diversas áreas. Todavia, essa contradição é por demais evidente na situação das mulheres. E esta questão deveria ficar muito clara nas teses.

Em Portugal, ELAS estão em maior número nas profissões intelectuais e científicas.¹ Só na Bélgica, Itália, Finlândia e Suécia existe uma situação equivalente a esta. ELAS são também 67% dos diplomados das universidades portuguesas. ELAS são das que mais trabalham na Europa, com uma taxa de actividade feminina de 73%. Só a Dinamarca e a Suécia nos ultrapassam.

Contudo, no analfabetismo, as mulheres duplicam o número de homens.

Quarenta e cinco por cento do que é produzido no país (45% do PIB) resulta da actividade das mulheres fora de casa. Todavia, o chamado "trabalho oculto" das mulheres na família não entra nas estatísticas, apesar de alguns estudos já nos dizerem que as mulheres gastam 18% do seu tempo semanal em tarefas domésticas e os homens apenas 2,5% do seu tempo. (PERISTA, H, 1999)²

Mas, paradoxo dos paradoxos, e tal como afirma Virgínia Ferreira, "A aproximação de homens e mulheres em termos de distribuição ocupacional e mesmo a supremacia das mulheres nas profissões liberais e científicas não se repercute na paridade do rendimento no trabalho"³. Deste modo, ELAS ganham menos do que eles. A remuneração média mensal das mulheres é inferior à dos homens em 22

¹ Taxa de feminização das profissões liberais e científicas - 55,3% (inquérito ao emprego, INE, 2000). A taxa de feminização das nossas universidades é em média de 63,8% (Estatísticas da Educação 1997)

² PERISTA, Heloísa, Os valores do tempo e o valor do trabalho - uma questão de género, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa, 1999.

³ FERREIRA, Virgínia, "Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal", Revista Crítica das Ciências Sociais, nº 52/53, pp.199-227.

euros.⁴ A situação tem vindo mesmo a regredir. Em 1997, o salário das mulheres representava 76,5% do dos homens e em 2002 era de 72%. ELAS são ainda, a maioria dos desempregados e dos contratados a prazo

São ELAS que se concentram à porta das fábricas declaradas em falência reclamando o seu direito ao trabalho. Direito de Cidadania em risco, em especial quando já se tem 40 e mais anos. Não se trata apenas de reclamar a falta de um magro salário para o orçamento familiar. Trata-se da perda de autonomia, do não reconhecimento do valor do seu trabalho, do medo ao fechamento doméstico, da perda de capacidade de decisão na relação conjugal. Porque estes são valores de mudança das mulheres na sociedade portuguesa nos últimos 40 anos, que configuram alguma ruptura com um contrato social e sexual conservador assente na dicotomia público/privado com as mulheres afectas a esta última esfera e os homens à primeira.

NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO - AS DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA

A modernidade expressa na tão forte contribuição das mulheres para a actividade produtiva do país tem um substracto conservador inequívoco - a persistência do seu papel como reprodutoras da força de trabalho. As mulheres assumem duplas e triplas tarefas não valorizadas na área do cuidado - cuidar das crianças, dos idosos, dos maridos, dos irmãos, dos netos.

Por um lado, as políticas neoliberais de restrição dos serviços públicos contribuem para a falta de equipamentos sociais de apoio às famílias - os tão falados serviços de proximidade que não existem. Por outro lado, o conservadorismo assente em valores patriarcais pressiona para um maternalismo domesticizado, para concepções da família como "natureza" e "destino" de todas as pessoas, desobrigando o Estado e a sociedade da criação de condições para o igual desenvolvimento de todos(as), como seres autónomos, cuja realização não se esgota na família, considerada pela Lei de Bases da Família como "base estrutural fundamental" da sociedade. Este mesmo conservadorismo atenta contra a legitimação das diferenças em matéria de orientação sexual não aceitando a diversidade de estruturas familiares, como é o caso das famílias gays e lésbicas.

Uma situação que não deixa de ser também paradoxal traduz-se na aparente contradição entre as medidas lesivas dos direitos das mulheres preconizadas no Código do Trabalho e a Lei de Bases da Família que refere a necessidade de conciliação entre vida familiar e profissional, postulado carente de explicitação, na medida em que não se sabe se serão ou não as mulheres, por via do trabalho a tempo parcial, a concretizar, em seu desfavor, tal conciliação. Não é por acaso

⁴ ROSA, Eugénio, "A situação da mulher na sociedade portuguesa" (texto fornecido pelo autor)

que a Lei de Bases apela aos direitos familiares em detrimento dos direitos individuais.

OS VALORES DA CIDADANIA CONTRA O CONSERVADORISMO

Na escala do conservadorismo e do atraso do país, assume o lugar cimeiro a limitação imposta às mulheres quanto à decisão de interromper uma gravidez que não desejam.

Trata-se de um direito de cidadania que está por concretizar. Trata-se de uma luta contra o conservadorismo moral e cultural que a nova direita no poder procura reforçar no país.

O Bloco de Esquerda bate-se contra este modelo conservador de sociedade e está empenhado em plataformas de convergência que ampliem as lutas sociais. O Bloco de Esquerda nasceu com esta causa (está no seu ADN) - a luta cidadã para que as mulheres tenham o direito de escolher se querem ou não se mães ou quando o querem ser. Como grande conquista das mulheres no século XX, a separação entre a sexualidade e a reprodução não pode ficar subordinada ao mais atroz conservadorismo que faz das mulheres seres menores sem direito de decidir.

Por último, propõem-se algumas adendas ao texto das teses, de modo a que se possa traduzir mais claramente algumas das ideias atrás expostas:

Página 17 - A nova Europa... - linha 5

A seguir a "ofensiva neoliberal", acrescentar: "Por outro lado, o princípio já aceite internacionalmente de que a igualdade entre homens e mulheres é um dos pilares de qualquer regime democrático e condição para um desenvolvimento de qualidade tem sido alvo importante desta ofensiva neo-liberal".

Página 18 - linha 10

A seguir a: "... e às diferentes minorias", acrescentar: "A perda de direitos sociais reduz as condições para uma maior participação social e política das mulheres".

Página 19 - linha 8

A seguir a "barbárie". Acrescentar: "Este neoliberalismo conservador precariza o trabalho com consequências mais graves para as mulheres, já que a flexibilização, o trabalho a tempo parcial e o trabalho ao domicílio conduzem ao não cumprimento dos direitos sociais, a uma maior exploração, reduzindo a sua capa-

³ O trabalho a tempo parcial fragiliza o estatuto da/o trabalhador/a, com maior gravidade para as mulheres porque, na sua maioria, se efectua em horários incompatíveis com a conciliação das vidas familiares e profissionais, realçando também que na maioria dos casos constitui o último recurso e não uma opção livre, para além das consequências em termos de carreira profissional. Também a falácia do trabalho no domicílio "para estar mais próxima das crianças" está carregado de exploração e de não cumprimento dos direitos sociais.

cidade de exploração e resistência".

Página 20 - linha 5

Acrescentar: "Marcas deste movimento dos movimentos são a sua componente de juventude e a participação das mulheres que, já no ano 2000, marcharam por todo o mundo contra a violência e a pobreza, por iniciativa da rede feminista internacional - a Marcha Mundial de Mulheres".

Página 21 - linha 8

Acrescentar a seguir a "noutros países europeus": "Entre eles, os movimentos feministas e de mulheres que denunciaram e questionaram o contrato social e sexual implícito fortemente enraizado na cultura e na organização social que pressupõe o feminino afecto à esfera privada e o masculino à esfera pública".

Página 23 - Oportunidades sociais - linha 8

Acrescentar: "No analfabetismo as mulheres duplicam o número dos homens"

Página 26 - linha 4

Acrescentar: "Por detrás dos índices de rendimento familiar estão realidades diferentes para homens e mulheres, sendo que a pobreza se concentra nas famílias monoparentais encabeçadas por mulheres e, nos idosos, maioritariamente mulheres, tornando mais visível a feminização da pobreza.

Página 26 - linha 6

A seguir a "salários baixos", acrescentar: "Isto é especialmente verdadeiro para as mulheres que são 61,7% dos trabalhadores não qualificados, com remunerações salariais mais baixas, contra o estabelecido na Convenção 100 da OIT, "para trabalho igual, salário igual", para além da não valorização, em termos de PIB e de qualidade de vida, do chamado trabalho "invisível" das mulheres na família que ocupa cerca de 2/3 do seu tempo de trabalho".

Página 28 - Emprego e formação - linha 4

Alterar: "... dois terços dos activos entre 25 e 64 anos só têm o 1º ciclo ou não têm escolaridade". Acrescentar: "Com o primeiro ciclo 41,7% são homens e 36,3% mulheres". (Nota - já não se utiliza a terminologia escola primária, mas sim 1º ciclo)

Página 29 - Emprego e Formação - linha 8

A oferta de formação continua muito estereotipada e fordista e com muito menor oferta para as mulheres. A formação não tem sido equacionada como formação ao longo da vida capaz de abranger diversas dimensões como a igualdade entre mulheres e homens, as relações afectivas sem violência, a educação formal e não formal, a partilha das responsabilidades.

Página 34 - Cruzada ideológica - linha 2

Acrescentar: "Contra os direitos das mulheres contrapõem a limitação dos seus direitos sexuais e reprodutivos. Contrapõem ainda, os interesses da família, como se infere da Lei de Bases da Família que pressiona para um maternalismo desli-

gado da paternidade, para concepções da família como "natureza" e "destino" de todas as pessoas, desobrigando o Estado e a sociedade da criação de condições para o igual desenvolvimento de todos(as), como seres autónomos, cuja realização não se esgota na família. Este mesmo conservadorismo atenta contra a legitimação das diferenças em matéria de orientação sexual não aceitando a diversidade de estruturas familiares, como é o caso das famílias gays e lésbicas".

Página 37 - Os eixos para uma modernização democrática

linha 5 - substituir "todos os trabalhadores" por "homens e mulheres trabalhadores" linha 16 - acrescentar: "...serviços de proximidade de apoio às famílias, pois sem equipamentos sociais a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens fica mais longe. As mulheres continuam com a sobrecarga da "dupla jornada de trabalho". Um socialismo moderno exige a democratização destes serviços e o equilíbrio da sua distribuição".

linha 20 - acrescentar a seguir a "porque nos batemos", a seguinte frase: "Esta democracia participada tem de ser capaz de incluir a experiência das mulheres como verdadeira força política, chamando-as e organizando-se de forma a diluir progressivamente a fronteira entre a esfera pública e privada".

Página 38 - linha 20

Acrescentar a seguir a " uma resposta civilizacional assente no alargamento da democracia sem fronteiras, na autonomia individual, na responsabilidade colectiva", a seguinte frase: "na partilha de poderes e responsabilidades entre mulheres e homens em todas as esferas da vida"

Página 39 - linha 28

Acrescentar: "Esta maioria, composta por homens e mulheres, exige o equacionamento de distribuição dos cargos de tomada de decisão e de poder em termos de paridade".

Página 41- linha 8

A seguir a: "uma cultura emancipatória", acrescentar: "A participação das mulheres em todas as esferas de actividade do Bloco constitui uma mais valia que não pode passar ao lado. Capitalizar a experiência das mulheres — porque por via dessa experiência, elas sabem a importância de integrar em vez de excluir; sendo as mais pobres dos pobres, sabem compreender o que são as desigualdades; sendo vítimas de "direitos" que são letra morta, sabem trabalhar por direitos concretos. O que nos é dado observar nos dias de hoje faz temer que a afirmação da cidadania das mulheres se possa esvaziar. Um socialismo moderno sabe que a presença das mulheres na vida pública é imprescindível e que retirar a sua visibilidade será uma perda para a humanidade. A igualdade de direitos não pode tornar-se numa mera declaração de intenções":

A questão LGBT¹ e a Esquerda

GRUPO LGBT DO BLOCO DE ESQUERDA

"A política da esquerda socialista moderna constrói-se na defesa de uma democracia sem fronteiras e é parte integrante da nova política do movimento de movimentos que, em todo o mundo, contesta a globalização capitalista e cria as alianças necessárias para lhe fazer frente. Também esses movimentos vão determinar a forma de uma esquerda socialista moderna em Portugal. (...)" – in Projecto de Resolução Política, "Da política da crise à política do socialismo", caderno deBatEs #1

1 - GÉNERO, SEXUALIDADE, FAMÍLIA – QUE CENTRALIDADE?

Confrontamo-nos hoje com um preocupante consenso em torno do suposto carácter "secundário" das questões e lutas LGBT. O consenso dá-se entre pessoas "comuns" e pessoas envolvidas em activismos políticos e sociais; entre esquerdas e direitas; e, infelizmente, entre heterossexuais e LGBTs. Essa secundarização consiste basicamente no seguinte: as questões LGBT seriam questões do foro íntimo ou individual; as questões LGBT não seriam prioritárias quando comparadas com outras questões sociais; as questões LGBT seriam resolvidas depois de outras o serem, e por causa disso; as questões LGBT seriam questões de moda, sentidas por meia dúzia de pessoas cujas necessidades básicas estão à partida resolvidas. (...) Estas ideias são perigosamente falsas (...), sobretudo no campo da esquerda mais progressista (...).

No centro do problema está (...) a ideia de que as questões LGBT seriam "meras" questões de sexualidade. (...) A sexualidade é indissociável de duas estruturas sociais e de poder contemporâneas: o género e a família. As transformações nas relações de género costumam ser referidas em torno de direitos cívicos das mulheres e em torno de direitos laborais. Sem dúvida que são centrais. Mas igualmente central é a possibilidade das mulheres decidirem autonomamente sobre a sua sexualidade reprodutiva. Este elemento constituiu o principal desafio ao patriarcado, gerando novas identidades femininas e obrigando à redefinição de identidades masculinas.

A estrutura familiar que serviu de base ao capitalismo industrial moderno e que foi por ele promovida é a família nuclear, com base num casal monogâmico e

¹ Sigla para "Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros"

heterossexual, reprodutivo e eterno, com tutela sobre as crianças nascidas da mulher submetida juridicamente ao homem. Esta estrutura encontra-se fortemente abalada pelas alterações económicas que conhecemos, mas sobretudo pelo poder de autonomia reprodutiva das mulheres. Por arrasto, alteraram-se padrões de género, os comportamentos patriarcais são perseguidos e novas relações entre pais e filhos e a sociedade e as crianças foram criadas.(...)

Todavia, uma coisa é a promoção da alteração das relações de género, deixando incólumes noções profundas e retrógradas de "mulher" e "homem", outra coisa é desatar o nó que liga qualquer uma dessas categorias a uma heterossexualidade supostamente "natural". (...) No plano político desata-se com a exigência, em termos de cidadania, de extensão das alterações nas relações de género às relações de sexualidade e orientação sexual. Daí a importância estratégica das lutas pelas uniões de facto e mesmo do casamento, até como forma de mudar e ultrapassar estas instituições familiares como as conhecemos até hoje. Ou das lutas pela adopção e reconhecimento dos direitos parentais, numa perspectiva de defesa intransigente de uma igualdade de direitos a 100% - sem excepções formais ou práticas - entre homens e mulheres, entre hetero e homossexuais. (...)

Mas todas estas transformações confrontam-se com estruturas culturais profundas de resistência. Os direitos das mulheres confrontam-se com o machismo. As alterações na masculinidade e feminilidade hegemónicas confrontam-se com a repressão sexista. Os direitos de imigrantes e minorias étnicas confrontam-se com o racismo e a xenofobia. Os direitos LGBT confrontam-se com a lesbofobia/homofobia (externa e internalizada), com a bifobia (por parte do fundamentalismo monossexual) e com a transfobia (por parte de quem advoga o modelo dicotómico de géneros) (...).

Dois parâmetros distintos cruzam-se aqui. Por um lado, (...) nos quotidianos e nas práticas (...) de difícil mudança, o que o senso comum chama "as mentalidades" - as tais "que têm que ser mudadas". Por outro, (...) as leis que regem a sociedade. (...) Por isso mesmo a prática política é fundamental: uma alteração legislativa, por exemplo, sobre a educação, pode criar o campo para uma alteração das mentalidades, através do ensino. (...)

O principal problema na base da reprodução das homo/lesbo/bi/transfobias é a invisibilidade LGBT. Por um lado, porque uma pessoa LGB (e, nalguns casos, T) não apresenta sinais exteriores da sua identidade - codificações sociais do corpo que servem para estabelecer hierarquias -, ao contrário de "mulher" ou "homem" ou do "negro" ou "estrangeiro", ou até da pessoa de classe "baixa". Por outro, porque @ homossexual ainda nasce em estruturas familiares que reproduzem a heteronormatividade.

Assim, o processo de descoberta de si própri@ (muitas vezes traumático, num contexto de preconceito e falta de referências positivas), a assunção da sexuali-

dade (o sair do armário ou coming out) e a criação de uma vida alternativa e de exigência de cidadania fazem-se necessariamente através da exposição a um colectivo ou comunidade. Isto é, em vez duma identidade "natural", nacional, étnica ou outra que se mostra aí, no real, a pessoa LGBT constitui-se na rede dos seus amigos e amantes, eventualmente nos lugares comunitários e, por fim e idealmente, na política do seu movimento social. Poder ver os outros e tornar-se visível é um acto político de extrema importância. Daí que seja essa a principal questão do ataque à política LGBT: por parte dos reaccionários, mas também por parte da esquerda das "prioridades", por exemplo, através do questionar das formas de expressão do nosso movimento social enquanto "espalhafatosas", negativamente "provocatórias", etc. (...)

2- GLOBALIZAÇÃO, NOVAS EXCLUSÕES E OFENSIVA MORAL – QUE PAPEL PARA A ESQUERDA?

A natureza politizada da identidade LGBT não é evidente para @s própri@s. Ou porque interpretam o seu sair do armário como fruto apenas de um trabalho pessoal – em linha com a ideologia individualista actual – ou porque recorrem a interpretações essencialistas à semelhança das que presidem ao género (ser LGBT porque se nasceu assim, por razões biológicas...). Mas sobretudo não é evidente para os segmentos políticos que têm a tradição de querer mudar a sociedade no sentido de maior igualdade. Referimo-nos à esquerda.

A principal prisão da esquerda tem sido pensar que há apenas uma contradição fundamental, a que está na base das relações entre capital e trabalho. (...) Há que dizê-lo claramente: a reestruturação da esquerda passa por novas formas de ler a questão do trabalho, e de ler a questão da relação entre capital e trabalho. E passa por introduzir na sua agenda questões que lhe eram estranhas: o feminismo, o ambiente, as questões LGBT, entre outras. Não como "compagnons de route", simpáticos mas secundários aliados de uma qualquer frente de descontentes, mas como imprescindíveis parceiros iguais. Porque as contradições actuais são também as contradições entre os projectos de cidadania e diversidade, por um lado, e a manutenção de estruturas de classe, família, etnicidade e sexualidade antigas. Não se trata já de apenas combater a desigualdade e promover a igualdade. Trata-se também de combater a unicidade e promover a diversidade.

O movimento LGBT sabe o que isto é. Para além do activismo, da pedagogia, da busca de visibilidade, do diálogo, uma das suas formas de construir comunidade de apoio e de promover a visibilidade tem sido a promoção de um mercado específico. Esse mercado corre o risco de introduzir perigosas clivagens: entre LGBTs ric@s e consumistas e pobres e excluíd@s; entre gays e lésbicas, os primeiros usufruindo dos privilégios masculinos, as segundas sofrendo a subordinação feminina; de promover uma imagem aceitável mas igualmente estereotipada do que são os LGBTs (homem, endinheirado, burguês e branco). Com o acrescido

perigo de as questões da luta LGBT ficarem isoladas das pontes de ligação com outras questões sociais.

(...) O ataque neo-liberal trata com equidade todos os segmentos que têm algo a perder. E todos estes segmentos podem reinventar formas de luta, no quadro de propostas de globalização alternativa. Alguns dos traços característicos do ataque global neo-liberal são a privatização e desmantelamento do estado providência e redução dos direitos nas áreas do trabalho, saúde e educação; o desordenamento das relações globais, promovendo o conflito armado, cavando o fosso entre ricos e pobres, deixando surgir políticas racistas, xenófobas e anti-imigração. (...)

Todos estes aspectos afectam seriamente as comunidades e pessoas LGBT. Um ensino não público e não laico é um ensino contra a diversidade sexual; um sistema de saúde não estatal privilegiará não as pessoas mas as famílias e "estabilidades" mais conservadoras; a desregulamentação no trabalho afectará sobretudo mulheres e outras pessoas ainda facilmente discrimináveis. Nas relações globais, @s LGBTs serão cada vez mais vítimas dos fundamentalismos nas latitudes excluídas do contrato global e do neo-conservadorismo nos centros imperiais (afectando nomeadamente @s imigrantes, com as leis impedindo reagrupamentos familiares – que excluem já @s LGBTs). O consumo e o lucro como motivações da existência privilegiarão os sectores do mercado gay normativizado, afastando cada vez mais @ cidadã(o) LGBT comum que não pode ser definid@ nem como ric@, nem como influente, nem como hedonista, ou cosmopolita, ou seja, regra geral, @s mais expost@s à discriminação. Como a dupla moral continua a funcionar, este estereótipo servirá ainda mais para reforçar a homofobia, por parte da direita, ou remissão das questões LGBT para o plano secundário das "prioridades", por parte da esquerda.

(...) A esquerda (...) não pode, no mundo pós-socialista e do capitalismo neo-liberal globalizado, pensar em prioridades temáticas, mesmo escolhendo prioridades de acção. E os movimentos LGBT não podem seguir uma estratégia comunitarista isolada, nem uma demissão através da simples cultura do consumo: devem articular-se com os outros segmentos sociais afectados quer pela crise da esquerda quer pelo ataque do capitalismo neo-liberal. Mas a esquerda "geral" deve assumir numa vez por todas que as alternativas à actual situação no nosso mundo passam por alianças com sectores como o LGBT, onde se encontram empresári@s e operári@s, branc@s e negr@s (e amarel@s e vermelh@s e...), homens e mulheres (e outras pessoas), vivendo exclusões tão diversificadas e sobrepostas quanto quaisquer outras. Um reconhecimento tão importante quanto estratégico para a resistência ao ressurgimento de forças totalitárias e aos novos modelos de dominação global que a esquerda hoje enfrenta.

Finalmente, num contexto como o português, e dada a pouca margem de manobra nas decisões económicas ao nível nacional, era de esperar que a direita e extrema direita no poder utilizassem demagogicamente a família, a sexualidade e a sua visão estreita de moralidade para promoverem um ataque que, começando por populações concretas e aparentemente minoritárias – como @s LGBTs – tem como fim atingir todo o pensamento e todas as forças progressistas.

Esta ofensiva conservadora - que tem expoentes claros na oposição à Educação Sexual e à despenalização do aborto ou nas recentes tentativas de "colagem" do abuso sexual de menores à homossexualidade - encontra pela frente um movimento social vivo e em profundo desenvolvimento, mas ainda incipiente e pouco coeso, relativamente vulnerável a este tipo de ataques que visam reforçar a homofobia do senso comum, sobretudo se isolado de solidariedades. Este isolamento institucional, entre a esquerda, no seio dos movimentos sociais, só agora começa a abrir brechas significativas, e em grande medida com o processo de criação do Fórum Social Português.

Mas na versão nacional do movimento de movimentos, como no próprio Bloco, a relevância do tema é ainda objecto de dúvida ou até de rejeição, embora poucas vezes expressa politicamente, por parte de indivíduos e sectores. Houve, por exemplo, num ou noutro concelho, manifestações minoritárias de preconceito por parte de alguns camaradas aquando da preparação das eleições autárquicas face a cabeças de lista gays e lésbicas. Da mesma forma, por exemplo, numa reunião do Fórum Social Português, aderentes do BE, pronunciaram-se sem conhecimento de causa sobre propostas do movimento LGBT. Independentemente disso, o BE tem sabido fazer a ligação ao movimento social e protagonizar avanços nas suas reivindicações – como no processo desencadeado para mudar a lei discriminatória sobre Uniões de Facto.

As iniciativas no campo legal são extremamente importantes no momento actual, como motor de desenvolvimento de um movimento social que já vai sabendo defender-se mas que carece ainda de capacidade para impor uma agenda coesa. O que devia motivar o Bloco a voltar a tomar a iniciativa nesse plano, seja através de projectos-Lei contra a discriminação lesbo/bi/trans/homofóbica, seja pela redução da desigualdade de direitos, ou seja ainda pela eliminação das inúmeras normas discriminatórias que subsistem na legislação portuguesa, como a definição de família existente no Código Civil. O grupo LGBT do Bloco quer ser, por sua vez, motor dessas dinâmicas.

Já quanto à integração do tema no seu discurso e na sua reflexão, o Bloco tem momentos altos e baixos. Uma análise aos materiais de propaganda do BE desde a sua fundação demonstra preocupação com o assunto e algum aprofundamento. Mas também uma relativa secundarização destas questões, a falta de referências em contextos em que seriam óbvias (como quando se fazem tentativas de enumeração exhaustiva dos temas "de agitação" do Bloco), falta de consciência

da sua transversalidade (com tendência a isolar o assunto numa caixa estanque reservada ao campo e aos activistas lgbt), e, por vezes, alguma desinformação: neste último caso, podemos exemplificar com pronunciamentos públicos, por parte de porta-vozes do BE, que foram relativamente acríticos face a aspectos que nós próprios criticamos na comunidade LGBT. Há igualmente um ou outro caso de materiais de campanha do Bloco – geralmente aqueles que incluíam o tema mas cuja concepção não passou, em nenhuma fase, pelos activistas LGBT do BE, que exprimem posições negativas e contraproducentes. Claro que, para entender porque é que posições aparentemente favoráveis podem às vezes ser armadilhas discriminatórias, é precisa passar para lá do interesse superficial do tema e reconhecer-lhe a profundidade e complexidade dos debates que ele contém.

Escrevíamos há dois anos, na génese do grupo lgbt no BE que "o que a esquerda tradicional – e mesmo talvez o Bloco de Esquerda – tarda a perceber é o potencial saudavelmente subversivo de um movimento que questiona com novo vigor todos os obscurantismos à volta da sexualidade, a opressão das mulheres, os papéis de género instituídos, o papel de controlo moral dos indivíduos exercido pela família e formas de dominação e divisão que continuam a ser indispensáveis para o controlo social dos indivíduos e para a aceitação tácita da exploração". A luta pelos direitos homossexuais é, mais do que um mero combate pelos iguaisdade de direitos d@s lgbt, uma componente essencial no conjunto dos movimentos sociais que procuram uma transformação social e política radical.

Olhando para trás, pensamos que é ainda preciso dizê-lo, mas é certo que temos evoluído muito. Temo-nos transformado. Falta continuar.

A versão integral deste documento, e um outro texto de enquadramento histórico da relação entre a esquerda portuguesa e o movimento lgbt, serão publicados no boletim do grupo, que estará disponível na Convenção Nacional.

Proposta de adenda ao capítulo "A Cruzada Ideológica", do Ponto 8 do Projecto de Resolução Política, deBatEs #1:

A seguir a "...reaccionarismo e elitismo cultural." (p. 34), acrescentar:

«Por isso duas lutas e dois movimentos são centrais na emancipação social e cultural da cidadania: o movimento das mulheres e, em particular, a luta pela liberdade de escolha e autonomia reprodutiva; e o movimento lgbt e, em particular, a luta contra a homofobia. As tentativas conservadoras no sentido de legitimar e perpetuar o "domínio público do útero" e de impedir a legitimação da homossexualidade estão a constituir-se nas principais armas de arremesso do contra-ataque reaccionário. Se as questões vindas da agenda feminista adquiriram já um largo consenso na visão política do Bloco de Esquerda, há que fazer um esforço no sentido de reconhecer a centralidade da homofobia na perpetuação do conservadorismo e a centralidade das lutas lgbt como alavancas de emancipação com efeitos que não são só sectoriais, mas que alastram a toda a sociedade. Não

reconhecer que a cruzada ideológica se trava também no plano da moral é arriscar que se jogue negativamente, também neste campo, a concretização da campanha por um novo referendo sobre a despenalização do aborto, que, ao contrário da contra-campanha moral levada a cabo pelo governo de direita, não teve ainda início visível".

Proposta de re-escrita do ponto 4, da Tese 4 do Projecto de Resolução Política "Para uma refundação democrática da União Europeia", página 58/59, deBatEs #1:

É impossível falar de cidadania europeia enquanto, em muitos dos estados membros, metade da população continua a viver com menos direitos, salários mais baixos e maiores obrigações sociais. "Há um fosso gigantesco entre "duas Europas", em particular no que diz respeito ao direitos das mulheres e aos direitos LGBT. Qualquer convergência de direitos sexuais e reprodutivos, de igualdade no trabalho e na representação política de protecção dos direitos e da dignidade das mulheres e das/dos LGBT deve ter em conta a legislação mais avançada neste matéria e não o contrário, facto que ocorre sempre que são ignorados ou menosprezados os movimentos sociais existentes." A União Europeia deve dar o exemplo, garantindo a paridade dos seus órgãos eleitos.

Portugal e a Irlanda são, em toda a Europa, os únicos países em que não é dado à mulher o direito de optar por uma maternidade livre e responsável. Os direitos sexuais e reprodutivos, por via da criminalização do aborto, estão assim fortemente limitados. "Com o alargamento da União Europeia não apenas estes direitos mas as garantias mínimas de igualdade de género e de não discriminação das/dos LGBT proderão vir a ficar ameaçadas. Por isso são tão fundamentais questões como: a transposição das directivas europeias contra a discriminação no trabalho; as recomendações europeias de eliminação das discriminações legais na idade de consentimento sexual; as recomendações para a criação de legislação anti-homofóbica; a escolha, a fazer numa futura constituição europeia entre uma Europa social, laica e dos direitos humanos para tod@s, ou uma Europa de todas as desigualdades. O alargamento da União Europeia de modo nenhum deve fazer-se ao preço de um afrouxamento nas exigências sociais e políticas dos desfavorecidos, nomeadamente as mulheres e as/os LGBT a pretexto do respeito pelas especificidades nacionais. Critérios de respeito pela mulheres e pel@s LGBT pela sua liberdade sexual têm de estar presentes nas relações da União Europeia com os estados membros"

Em muitos países da Europa cresce o fenómeno da maternidade adolescente sem que os Estados pareçam fazer mais do que um discurso moralista sobre a sexualidade. A Europa, no seu conjunto, deve promover a contracepção, a informação e a sexualidade livre e responsável.

Proposta de alteração

FRANCISCO BERNARDES-SILVA

Ponto 3 do Projecto nº1. Proposta de alteração.

a) Admitindo que me é permitido utilizar linguagem da Matemática, direi que o "movimento dos movimentos" tem sido até agora a expressão do menor múltiplo comum das ideias dos que o integram; isto é: todos sabem o que não querem.

Porque quando se destroi é sempre necessário reconstruir ou construir de novo, e dado o número de anos que já passaram desde que surgiu o movimento, considero que se está na altura de encontra um máximo divisor comum, ou seja, de encontrar um objectivo concreto que todos, mas todos, queiram realizar.

b) Proposta de alteração

Acrescentar à conclusão:

... em Portugal, "que terá de conseguir determinar um (ou mais) objectivo(s) concreto(s) em que todo o "movimento dos movimentos" se reveja e que, consequentemente, galvanize todos os seus integrantes a por ele(s) lutar".

Ponto 4 do Projecto nº1. Proposta de alteração

a) Considerando

"Proletários" foi a designação que na Roma Antiga foi dada aos cidadãos que, não possuindo quaisquer bens, só com a criação de descendentes podiam contribuir para o progresso do Estado: eram, pois, uns "fabricante de prole".

Karl Marx aplicou tal designação aos operários industriais do seu tempo porque, gente proveniente dos meios rurais, trouxe consigo a tradição dos "muitos filhos por casal".

A partir dos anos 50 do século passado, com a progressiva implantação da sociedade de consumo, o custo de criação de cada filho cresceu muito mais do que os salários, pelo que, no "mundo ocidental", se foram progressivamente extinguindo as "famílias numerosas", em particular quando sustentadas por assalariados. Isto é: em termos gerais, deixou de haver proletários.

b) Propostas de alteração

I- Em "Portugal continua a ser um país pobre e proletarizado" substituir "proletarizado" por "assalariado".

II- Onde se escreve "O proletariado industrial constitui"... deverá escrever-se "Os trabalhadores industriais constituem..."

Conclusão do Ponto 6 do Projecto nº1. Proposta de alteração

a) Considerando

Por tudo (ou muito do) que é escrito no DeBatEs nº1 afigura-se que a forma primeira de ganhar o combate contra as consequências do modelo de moderni-

zação conservadora será conseguir uma muito substancial melhoria do nível médio de instrução dos trabalhadores portugueses.

Parece, por outro lado, ser consensual que:

I- É menos má uma situação de pleno emprego com salários baixos (mas que garantam a subsistência) do que uma situação de elevadas percentagens de desemprego;

II- Com raríssimas excepções, não são os patrões portugueses (vulgo, empresários) que estão em condições de criar emprego qualificado- e isto considerando mesmo apenas a minoria que nesta altura tem condições e apetência para criar emprego;

III- A substancial melhoria do nível médio de instrução dos trabalhadores, se conseguida, necessitará em princípio de 5 anos para ter efeito sensível sobre o respectivo aumento de qualificação média;

IV- O investimento directo estrangeiro, embora normalmente precário no tempo (não tem a celebrada AUTO EUROPA ano anunciado para fechar as portas ?) é, maioritariamente mais do que o investimento português, potencialmente capaz de contribuir para a melhoria da formação dos trabalhadores e o aumento da produtividade.

b) Proposta de alteração

'A seguir a "...agravou a desigualdade" proponho substituir o texto apresentado por:

"O combate à desigualdade passará por apoiar o investimento directo estrangeiro, ALERTANDO SIMULTANEAMENTE OS TRABALHADORES PARA A PRECARIIDADE DO EMPREGO QUE CRIA, e incentivando-os a utilizarem o "tempo de emprego" para aumentarem o seu grau de qualificação. Esta será uma forma ("na impossibilidade de um bloco social maioritário de apoio") de responder às consequências deste modelo e, assim, levar ao amadurecimento de uma alternativa económica e social à subalternidade".

Ponto 11 do Projecto nº1. Proposta de alteração

a) Considerando

No subtítulo "Descentralização e Subsidiariedade" é afirmada uma das características fundamentais do BE: "O Bloco valoriza a autonomia dos aderentes" (sic).

Isto significa que a qualidade de aderente obriga apenas às condições expressas no ponto 1 do Art.3º dos estatutos- condições que não incluem a obrigação de ser activista.

b) Proposta de alteração

Onde, no 4º parágrafo do ponto 11(últimas linhas da pag.40 do DeBatEs nº1) se escreve "como movimento de activistas com direitos e deveres igualitários" proponho que se escreva "como movimento em que os aderentes, activistas ou não, assumem dispor de direitos e deveres igualitários"

Conclusão do Ponto 11 do Projecto nº1. Proposta de alteração

a) Considerando

Um Bloco de Esquerda muito maior só se consegue com grande aumento da quantidade de aderentes. Este é uma afirmação à maneira de La Palisse.

Mas é preciso não esquecer que a filiação no BE não pode incluir a esperança de benefício material: em primeiro lugar porque tal inclusão é contrária à postura do BE; em segundo lugar, mas mais evidente para toda a gente, por força da actual diminuta dimensão do movimento/partido.

Em consequência, o grande atractivo do BE para as que não se sintam suficientemente impulsionados pela ideologia (e são tantas neste País!...) será a oportunidade de poderem intervir no domínio local ou temático da sua apetência.

b) Proposta de alteração

I- Proponho que ao texto da conclusão seja aditado o seguinte, a intercalar entre "políticas unificadoras" e "Esta é a escolha ...": "Importa

sumamente que cada aderente consiga pelo menos mais um aderente, devendo para tal realçar a faculdade de intervenção descentralizada de cada um."

II- Como consequência do anterior proponho ainda que, em vez de "actividade distrital e sectorial" se escreva "actividade local, distrital e sectorial".

Proposta de adenda

FRANCISCO CASACA

ao Projecto de Resolução Política, no ponto 10 - Edição Debates nº1, pág.39,

antes do parágrafo que começa por: "Ao assumir esta perspectiva,")

Para vislumbrar, o que imediatamente, as massas populares têm a ganhar com o derrube do capitalismo, poderemos enumerar algumas das primeiras medidas a tomar pelo governo socialista:

- A adopção dum sistema de pagamento horário uniforme para toda a população trabalhadora.
- Um imediato cancelamento de todas as dívidas.
- Substituição do governo parlamentar por uma legislação directa do povo.

Proposta de emenda e adenda

MAMADOU BA

na pagina 19,

retirar a palavra "legal" e acrescentar "livre instalação"

Propostas de emendas e adendas às teses europeias



Proposta de alteração aos textos

FRANCISCO BERNARDES-SILVA

Projecto nº2. tese 6

a) Considerando

As centrais eléctricas vulgarmente designadas por "centrais nucleares" são na realidade centrais de produção de energia eléctrica por fusão nuclear.

É público, por outro lado, que está em adiantada fase de desenvolvimento a técnica de obtenção de energia por fissão nuclear, técnica que não produz resíduos nucleares - os quais, justamente pelos perigos que eles próprios constituem, resultam num encargo (o respectivo tratamento) para os detentores da exploração das actuais "centrais nucleares".

É, pois, previsivelmente certo que a construção e exploração de centrais por fissão nuclear seja viável dentro de poucos anos, numa altura que provavelmente coincidirá com o fim do tempo de vida útil das actuais.

Um movimento/partido como o BE não pode ignorar esta realidade, pelo que proponho a alteração que se segue.

a) Propostas de alteração

I- No "campo" referente a Energia do ponto 2, após o "Não bastando à União.....deve":

1. e 2. (Sem alteração)

3. Combater a demagogia em torno do regresso às centrais por fusão nuclear, como alternativa às emissões de CO₂, pelos perigos...(restante texto da "alínea" 4)

4. Formentar a cooperação entre Estados-membros ao nível da investigação... (texto da "alínea" 3)....fontes de energia limpa, incluindo particularmente a investigação direccionada para a concretização das centrais por fissão nuclear, e recorrendo sistematicamente à promoção dos recursos naturais próprios de cada Estado-membro.

II- No "campo" referente a Água o último parágrafo deve constituir formalmente uma "alínea" (nº4)

Projecto nº2. Tese 7.

a) Considerandos

1º- Na medida em que se não deve sacralizar nada que seja humano, o aumento da produtividade não deve ser sacralizado. Mas isto não deve impedir que todos e cada um lutem por tal aumento, visto que produtividade é fazer o mesmo

com o mesmo trabalho (ou energia)- o que constituirá sempre vantagem para quem trabalha.

2º- As novas tecnologias não se resumem às da informação e da comunicação: bastará referir a nanotecnologia e a fissão nuclear.

b) Proposta de alteração

O 3º período do ponto 1 deveria ser alterado como segue:

"Importa, aliás, reivindicar que, sem esquecer o objectivo de permanente aumento da produtividade, a pedra de toque da qualificação reside num novo conceito de competitividade utilização crítica de novas tecnologias, nomeadamente as da informação e da comunicação".

Proposta de emendas

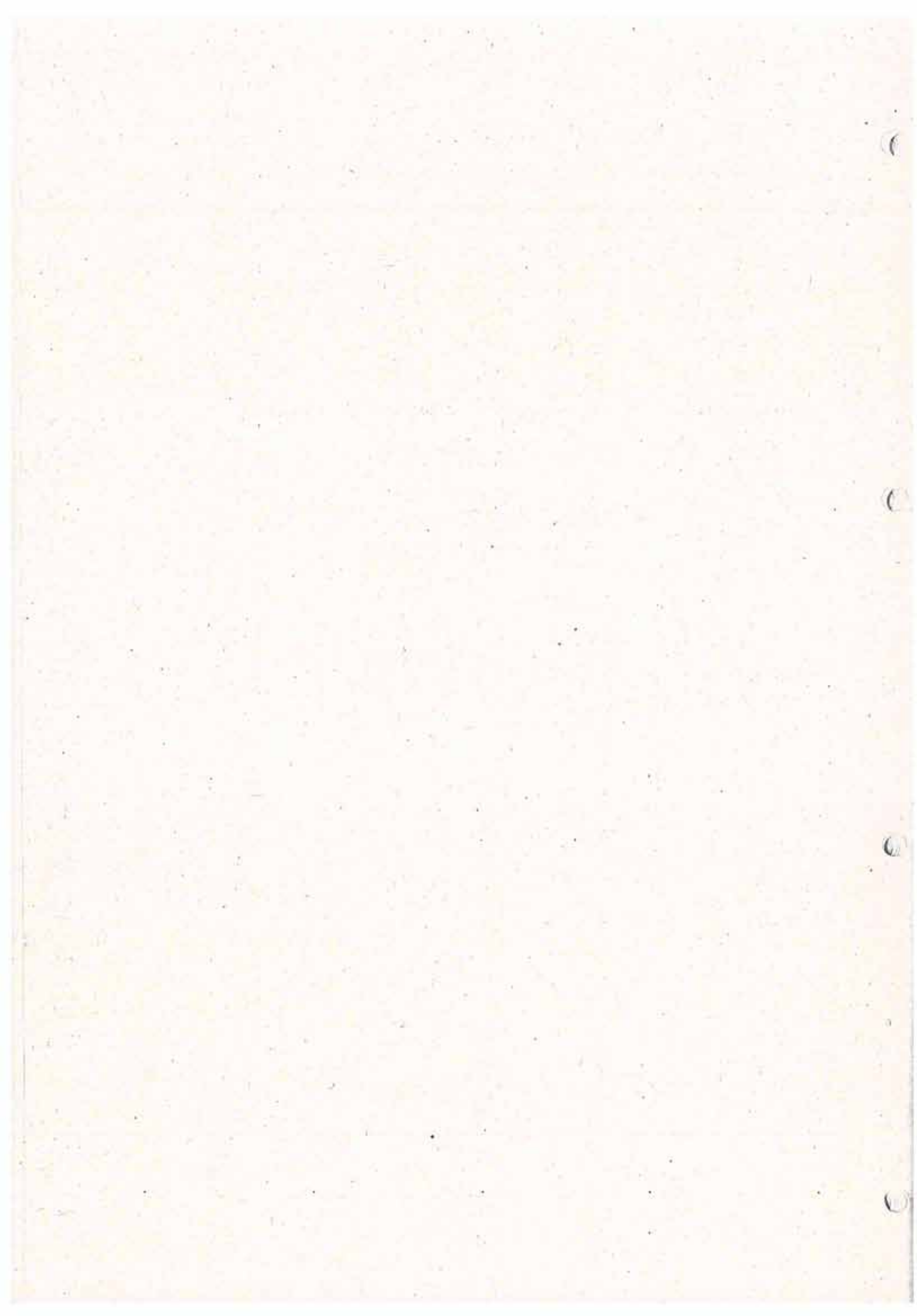
MAMADOU BA

na pagina 57, no 4º parágrafo,

em vez de "cidadania dupla" substituir por "cidadania múltipla"

na pagina 58, no ponto 3, 4ºparágrafo

acrescentar "Direitos sociais e políticos"



Propostas de alteração aos estatutos



Democracia exigente

Este texto substitui o preâmbulo político que introduziu as propostas de alterações estatutárias subscritas por um grupo de aderentes no DeBatEs 1.

JORGE TEIXEIRA CARNEIRO
CARLOS J. P. COSTA
MARCO ALEXANDRE DA SILVA LOUREIRO
FERNANDO RODRIGUES FERREIRA
MARCO ALEXANDRE BENTO RUSSO
JOÃO CARLOS LOPES FERREIRA
FERNANDO JOSÉ MELO PEREIRA
FERNANDO FIGUEIREDO CORREIA
VIRGÍLIO CONTREIRAS
MARCO MENDONÇA
JORGE CÉU
ANTÓNIO SEQUEIRA MENDES
BENTO COSTA RIBEIRO MACHADO
PAULO VAZ
EDUARDA MACEDO CÉU
PEDRO CARDOSO
FERNANDO COSTA ROCHA
TOJAL PARREIRA
FERNANDO LACERDA
ARMANDÓ HERCULANO
JOSÉ CASQUILHO
HELENA OLIVEIRA E CARMO
TEODÓSIO ALCOBIA
LUÍS CÉU
BRUNO ANTÓNIO FÉLIX VILHENA
ANTÓNIO DE JESUS MAURÍCIO
FRANCISCO RAPOSO
ANA BAPTISTA
ANTÓNIO JOÃO SILVA SEQUEIRA
JOSÉ MANUEL DE MENDONÇA ESTEVENS

Nota: por considerarem que se deveria manter o texto como publicado no DeBatEs 1, não assinam esta alteração, os camaradas Francisco Colaço e Carla Mendes. A camarada Clara Alexandre não subscreve o texto agora apresentado.

Continuando a reflectir, o grupo (neste encontro na Marinha Grande resolveu
 ① adoptar a designação de "DEMOCRACIA EXIGENTE"), entendemos que o preâmbulo político que antecede as propostas de alterações estatutárias por nós apresentadas e publicadas do DEBATES1, não está adequado às preocupações de democracia exigente no funcionamento interno do Bloco de Esquerda, que são o fundamento primeiro das propostas apresentadas. Assim, resolvemos substituí-lo pelo texto que de seguida colocamos à reflexão de todos.

Queremos salientar que continuamos no grupo e também nos debates em plenários distritais, a discutir um conjunto de propostas, nem todas merecendo a aprovação unânime ou sequer consensual; trata-se no entanto de um conjunto de propostas, algumas em alternativa, outras encadeadas, que continuaremos a propor à consideração daqueles que se preocupam com as normas que nos regem.

Para uma organização política que tem no seu discurso pugnado pela Qualidade da Democracia e pelo aumento da participação cidadã na vida, quer das comunidades locais, quer na definição das políticas sectoriais e nacional, dedica pouca atenção à sua própria democracia interna; a sua qualidade e intensidade.

Fruto da forma como o Bloco foi criado, mas também pelo ciclo sucessivo de actos eleitorais a que tivemos de corresponder, os aspectos relacionados com a democraticidade da tomada de decisões têm sido relegados para segundo plano, o que não está consonante com o nível de exigência que temos colocado aos nossos adversários e às instituições do Estado; pelo que ao BE é exigível que, pelo menos, cumpra para si e no seu funcionamento, aquelas regras que pretende ver aplicadas pelos outros.

A heterogeneidade do BE e a falta de debate interno aprofundado aconselhou a que se avançasse apenas com aquelas matérias e assuntos que são consensuais
 ② no conjunto das forças políticas que integram o Movimento. Contudo novos desafios se nos colocam aos quais temos de dar resposta e para os quais tememos que se tomem decisões sem um amplo debate, que vá para além dos seus aderentes e simpatizantes, numa posição de abertura e de interacção com todas as forças e movimentos da nossa área política.

Mais que realizar novas e mais Conferências Sectoriais, é necessário criar uma rede de circulação de opinião interna e externa, bem como dinamizar grupos de trabalho, Fóruns permanentes e responsabilidades, por forma a constituir, promover e legitimar as decisões. É preciso reconhecer que muito temos que fazer neste campo e é preciso que a Convenção avance com medidas concretas ou as teses não passarão de palavras para adormecer consciências.

A democracia exerce-se num quadro bem definido, em que as responsabilidades e os métodos são conhecidos e os direitos garantidos, em que a transparência e igualdade de tratamento é assegurado; caso contrário o peso dos órgãos dirigentes sobrepõe-se e esmaga qualquer outra opinião, reduzindo a diversidade

de, alimento da democracia, com os resultados conhecidos nas experiências estalinistas de Leste.

Toda a intenção de aprofundar a qualidade da democracia tem, necessariamente, de ter uma tradução estatutária que se adeque aos objectivos e métodos de trabalho democraticamente decididos como adequados, por forma a que todos possam em qualquer altura e nível da organização do Movimento apelar ao seu cumprimento.

A Convenção é uma reunião interna para discutir e legitimar a intervenção do Bloco. Deve, em nosso entender, ser o momento de darmos ao país um exemplo de como interpretamos a democracia, e não apenas um comício de intervenções para fora, de avaliação do desempenho das restantes forças políticas, como se nós fôssemos um poço de virtudes sem nada a corrigir ou alterar.

Pelo contrário, o debate interno sobre a qualidade da nossa democracia interna tem assim de ser feito; a não acontecer são duvidosas as intenções manifestadas nas teses da Mesa Nacional sobre "O enriquecimento da vida democrática do Bloco..." que é, em nosso entender, a tarefa mais necessária e por isso urgente que temos de realizar e da qual todas as outras dependem.

Proposta de alteração aos estatutos

JOSÉ MARREIROS

1. Justificação

Os Estatutos, integrados na "Proposta" aprovada na I Convenção, revelam simplismo, lacunas e defeituosa formulação dos princípios estatutários. Razão para, nesta oportunidade, se promover nova redacção completa, definindo capazmente as normas reguladoras da organização do Movimento mediante a filosofia de um modelo inovador. Os Estatutos, como base constituinte, são instrumento fundamental na vida do Movimento, até porque grande número de aderentes provêm de outros partidos, com regras, hábitos e conceitos organizativos diferentes e de certo modo ultrapassados ideologicamente.

2. Proposta de Alteração dos Estatutos

Preâmbulo Político

(Nota: Embora seja prática corrente a integração de um "Preâmbulo Político", não reconheço indispensável ou até necessário, tendo em conta o conteúdo do artigo 1º, que, em si, tem essas características. Todavia, se a Convenção reconhecer que se deve introduzir esse preâmbulo, eu proponho que nele se reproduzam: a introdução (título) e os quatro primeiros parágrafos do Capítulo 9 do "Projecto de Resolução Política" para a III Convenção (Debates#1, pp 36)

Artigo 1º

Definição e objectivos

Sem alteração

Artigo 2º

Símbolo

Sem alteração.

Artigo 3º (Novo)

Modelo organizativo

O Bloco de Esquerda rejeita o modelo organizativo tradicional de pirâmide hierárquica, apoiando o funcionamento da sua organização no exercício da

democracia participativa através de um conjunto de órgãos e estruturas de coordenação da actividade política da globalidade dos seus aderentes.

Artigo 4º (ex-3º)

Aderentes

1. (sem alteração)
2. (melhoria formal da redacção)

Cada aderente fica vinculado ao distrito da sua filiação, no caso do continente, e à região, no caso das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, o que deve constar do respectivo cartão de filiado.

Artigo 5º (ex 4º) – melhoria de redacção)

Responsabilidades dos Aderentes

São responsabilidades dos aderentes:

1. Respeitar as normas dos Estatutos.
2. Promover os objectivos políticos do Movimento e a sua progressiva expansão.
3. (Novo) Exercer os deveres e direitos de cidadania com permanente intenção de contribuir para o desenvolvimento das práticas de democracia participativa.
4. (corresponde ao ponto 3 nos Estatutos em vigor)

Artigo 6º (ex 5º) – (melhoria formal de redacção)

Direitos dos aderentes

1. Participar na actividade política do Movimento e na definição das respectivas coordenadas programáticas e estratégicas.
2. Eleger e ser eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento, incluindo o de delegado às Convenções de acordo com o regulamento.
3. Ser informado em tempo oportuno e pelos meios adequados sobre as actividades do Movimento e, particularmente, do grupo Parlamentar.
4. Exercer, organizadamente, o direito de tendência.

Artigo 7º (ex 6º)

Eliminação do ponto 3

Artigo 8º (ex 7º) (redacção remodelada)

Convenção Nacional

1. A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelos aderentes para ela eleitos nos termos do respectivo regulamento. O

Regulamento da Convenção e a sua convocatória são elaborados pela Mesa nacional e submetidos à apreciação de todos os restantes órgãos e aderentes por um período não inferior a um mês.

2. À Convenção nacional compete deliberar sobre os Estatutos, estabelecer as linhas de orientação para a intervenção política do Movimento, e eleger a Mesa Nacional.

3. A Convenção Nacional realiza-se com a periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por deliberação da Mesa Nacional ou por proposta de três quartos das Assembleias Distritais.

4. Para assegurar o seu funcionamento, a Convenção Nacional elege uma Mesa da Convenção composta de cinco elementos.

Artigo 9º (ex 8) (redacção remodelada)

Mesa Nacional

1. A Mesa Nacional é o órgão máximo no período compreendido entre duas Convenções Nacionais, competindo-lhe coordenar a actividade do Movimento.

2. A Mesa Nacional para a execução das tarefas e iniciativas de aplicação das suas deliberações, deve eleger entre os seus membros uma Comissão executiva, à qual cabe também a representação pública do Movimento. A Comissão Executiva designa um Secretariado para apoio organizativo, administrativo e financeiro.

3. À Mesa nacional compete exclusivamente a fixação do valor mínimo da contribuição anual a pagar pelos aderentes, cuja alteração só entra em vigor no ano seguinte em que tal fôr deliberado.

4. (igual ao ponto 5 dos Estatutos em vigor)

5. (ex 6) Eliminar.

6. A Mesa Nacional é composta por delegados designados pelos distritos e pelas regiões, na proporção de por cada aderentes. Complementarmente e em número não superior a 10, a Convenção Nacional elege outros aderentes com relevante capacidade científica ou política.

Artigo 10º (ex 9)

Comissão de Direitos

Eliminar

Artigo 11º (ex 10) (redacção melhorada)

Assembleias distritais e regionais

1. As Assembleias Distritais e as Assembleias Regionais são, respectivamente, no Continente e nas Regiões Autónomas, os órgãos aos quais compete, no respectivo âmbito geográfico, promover e coordenar a actividade política do

Movimento.

2. As Assembleias Distritais e Regionais compete também definir as formas de intervenção do Movimento, de acordo com as realidades e condições do seu espaço político.

3. As Assembleias Distritais e Regionais, para efeito de orientar a actividade política concreta dos núcleos locais e/ou dos aderentes dispersos, devem eleger Coordenadoras Distritais ou Regionais, com efectiva representação do núcleos e das quais farão também parte integrante os delegados eleitos para a Mesa Nacional.

4. As Assembleias Distritais e Regionais compete ainda promover a eleição dos representantes à Convenção Nacional nos termos do respectivo regulamento, bem como eleger os delegados à Mesa Nacional.

5. As Assembleias Distritais e Regionais realizam-se trimestralmente.

Artigo 12º (ex 11)

Núcleos

Sem alteração.

Artigo 13º (ex 12)

Grupos de Trabalho

Eliminar.

Artigo 14º (ex 13)

Conferências Nacionais

Sem alteração.

Artigo 15º (ex 14)

Sistema de votação

Retirar a expressão "Comissão de direitos dos pontos 2 e 3

Artigo 16º (ex 15)

Finanças

Sem alteração

Artigo 17º (ex 16)

Casos Omissos

Sem alteração

Artigo 18° (Novo)

Democracia interna

(Nota: o seu lugar mais adequado seria a seguir ao artigo 3°, mas, se fôr aprovado, no fim fecha os Estatutos "com chave de ouro").

1. A democracia interna deve constituir a pedra angular da vida organizativa do Movimento, de harmonia com o estabelecido no artigo 3°
2. Tendo em consideração o modelo organizativo não hierárquico, as actividades do Movimento não serão dirigidas, mas sim coordenadas pelos órgãos ou estruturas de nível mais amplo organizativamente.
3. As decisões e orientações divulgadas podem ser sempre, em tempo oportuno, objecto de debate.
4. No interior do Movimento deve promover-se oportuna circulação de informação em todos os sentidos, incluindo, especificamente, entre os órgãos e estruturas centrais, intermédias e locais.

Carta Aberta à futura Comissão de Redacção dos Estatutos

FRANCISCO BERNARDES-SILVA

Companheir@s

Vocês vão existir como Comissão, uma vez que já foi publicitada uma proposta de alteração dos Estatutos subscrita por mais de 30 aderentes- que virão a ser certamente delegados.

Assim, mesmo antes da Comissão ter existência "convencional", uso "por extensão" do direito conferido pelo ponto 14 do REGULAMENTO DA III CONVENÇÃO NACIONAL (Proposta de) para submeter à vossa obviamente superior (para não escrever douda) consideração a seguinte.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

a) Considerandos

1° O ponto 1 do Art.3°, uma vez que não impõe o pagamento de "jóia de aderência" está em contradição prática com o respectivo ponto 4: não se percebe a exigência duma "jóia de refiliação" quando não é imposto o pagamento do que alcunhei de "jóia de aderência".

2° Sobretudo (mas não só !) no contexto económico deste ano de 2003, verifica-se a existência de militantes do BE (sublinho para vincar que não são apenas

simpatizantes) que não têm mesmo condições para poder dispor da quantia correspondente à jóia- mesmo que, acredite ou não quem isto ler, se considere o valor reduzido aceite na ultima decisão da Mesa Nacional sobre o assunto.

3º A conjugação dos dois anteriores considerados represente um flagrante desajustamento com a determinação (expressamente consignada no parágrafo final do ponto 2 do Art. 1º dos Estatutos) de combater às formas de exclusão baseadas na condição (económica, presume-se).

B) Propostas de alteração

I - O PONTO 1 DO ART.3º passaria à seguinte redacção:

1- São aderentes aderir ao Movimento, não tenham sido inibidos de exercer os seus direitos políticos e paguem a jóia de filiação de valor definido como previsto no Art.8º.

Em situações de especial debilidade económica e reconhecido activismo, podem os pretendentes à condição de aderente serem isentos do pagamento de jóia de filiação.

II-O PONTO 4 DO ART.3º passaria à seguinte redacção:

4- A renovação contribuição anual, pagamento que pode ser dispensado nas situações previstas no ponto 1 para candidatos a aderentes.

III-ACRESCENTAR UM PONTO 5 AO ART.3º, como segue

5- O reconhecimento das situações simultâneas de debilidade económica e activismo mencionadas nos pontos 1 e 4 são da competência de cada um dos Núcleos onde cada visado se integre, devendo tal reconhecimento ser ratificado pela respectiva Coordenadora Distrital ou Regional, quando exista.

Mesa Nacional



Mesa Nacional

O grupo abaixo identificado vem tornar pública a sua intenção de promover a apresentação de uma lista candidata à Mesa Nacional a ser eleita na III Convenção Nacional do Bloco de Esquerda a 10 e 11 de Maio de 2003.

**ANA DRAGO, DINA NUNES, FERNANDO ROSAS,
FRANCISCO LOUÇÃ, JOÃO TEIXEIRA LOPES, JORGE
COSTA, JOSÉ CARREIRA, LUÍS FAZENDA, MANUELA
TAVARES, MIGUEL PORTAS, PAULO AREOSA**

Contributos e opiniões em debate



POLÍTICA DE APOIO À CRIAÇÃO CULTURAL

***Para acabar de vez
com a miséria*****DANIEL OLIVEIRA - JOÃO TEIXEIRA LOPES
LUÍS PACHECO**

A chegada da direita ao governo marcou o início de uma política de terra queimada na área da cultura. A escolha de um ministro sem qualquer peso político ou valência técnica deixava já adivinhar o pior. Um ano depois, a crise na área cultural instalou-se e será preciso muito trabalho para que se regresse, pelo menos, ao estado em que nos encontrávamos há um ano.

Em apenas um ano o governo destruiu boas experiências de administração leve e desburocratizada (de que era exemplo o Instituto Português de Arqueologia ou o Instituto de Arte Contemporânea), desinvestiu nas despesas de funcionamento, investimento e apoio à actividade cultural, e iniciou processos de concentração empresarial no sector – marcado mais por impulsos ideológicos do que por algum tipo de pragmatismo. Exemplo desta pulsão mercantil é a proposta de Lei de Cinema, que tendendo a valorizar o audiovisual em detrimento do cinema de autor, aposta na ilusória criação de uma indústria cinematográfica em Portugal, esquecendo o valor específico do cinema português no cenário internacional.

Qualquer política decente na área cultural deve ter como princípios:

A flexibilidade – Cabe ao Estado definir, a cada momento, perante as circunstâncias sociais, culturais e de mercado, as suas estratégias políticas. A política cultural não se resume à gestão de recursos. O Estado deve definir objectivos e a eles devem obedecer todas as políticas de apoio à cultura. A política de subsídios deve ser adaptada às especificidades de cada sector e a cada apoio deve estar ligado um ou mais objectivos definidos, sem que isto se tenha obrigatoriamente de traduzir em dados quantificáveis. Seccionar os subsídios, ligando-os a objectivos concretos, fará todo processo ganhar em clareza e diminuir o espaço de subjectividade inerente a estes apoios. Esta opção obriga, no entanto, a um aumento dos montantes envolvidos.

O pluralismo – O Estado deve manter perante todos os agentes culturais uma postura de equidistância, não usando os seus recursos para a criação de dependências políticas, contrariando todos os processos de concentração horizontal ou vertical e tendo o pluralismo das escolhas culturais dos seus cidadãos como um dos seus principais objectivos políticos.

O rigor – O Estado deve tratar todos os seus recursos com rigor e exigir de todos os agentes apoiados pelo Estado igual comportamento. Os apoios do Estado devem depender da prestação de contas. O Estado deve apoiar com especial atenção a formação de profissionais que apoiem a actividade artística – gestores, programadores, assessores de imprensa e de marketing, etc.

A inovação – Uma das principais tarefas dos Estado na área cultural é o apoio à inovação, investigação, renovação e experimentação cultural, dependentes quase exclusivamente de apoios públicos.

A autonomia – O Estado deve promover a progressiva autonomia técnica e financeira dos agentes culturais, sabendo, no entanto, que o mercado não só não garante a actividade cultural como reduz o leque de escolhas e cria exclusões na fruição cultural dos cidadãos.

A internacionalização – O Estado deve promover a internacionalização da cultura portuguesa, apoiando a sua integração nos circuitos internacionais e garantindo o acesso do público português a esse mesmo circuito, promovendo festivais internacionais.

A descentralização – O Estado deve garantir maior equidade na distribuição de recursos, garantido o acesso à produção e fruição de bens culturais a todo o território nacional e aos estratos sociais mais excluídos.

A CULTURA E O MERCADO

Da mesma forma que a criação de um mercado cultural nunca dispensará, sobretudo num país com as dimensões de Portugal, o apoio estatal, o apoio do Estado não dispensa o estímulo à criação de um mercado cultural.

O Estado deve ainda ter um papel central, garantindo uma política de encomendas regulares a criadores de diferentes áreas e sua divulgação, ou um tratamento excepcional, do ponto de vista legal e fiscal, desta actividade. Como exemplo, não se compreende como podem os discos e os instrumentos musicais pagar 17% de IVA, ao contrário do que sucede, por exemplo, com os livros.

Outra das formas de apoio que, em Portugal, tem tido um papel quase marginal é o mecenato. A escassez de recursos vindos através destes apoios privados tem sido ainda mais afectada pela existência de mecanismos que favorecem o "mecenato ao Estado". O Estado poderá, no entanto, definir prioridades estratégicas para os projectos mecenáveis a cada momento.

O Estado deve ainda introduzir alguns mecanismos de protecção à cultura portuguesa, europeia ou de origens menos acessíveis ao grande público, usando incentivos em vez da repressão.

ARTISTA A RECIBO VERDE

A situação contratual dos trabalhadores da cultura pode basicamente definir-

se por uma completa desregulamentação e incumprimento da Lei. Muitos trabalhadores com funções de trabalho subordinado vivem a recibo verde. A legislação de trabalho para o sector precisa de ser revista no sentido de contemplar as especificidades, exigências e critérios de excelência próprios do trabalho criativo.

Quando é completamente impossível a criação de vínculos laborais estáveis, os descontos para a segurança social de trabalhadores devem ser tributados aos empregadores, mesmo nas situações de contrato para um evento artístico singular, podendo ser estudadas compensações aos empregadores. O Bloco tem também defendido a criação de subsídio de compensação pela intermitência, para profissionais que mantenham uma comprovada actividade regular.

Estão por legislar muitos dos problemas laborais específicos do sector, como a definição das tipologias das doenças profissionais e da idade de reforma, o trabalho nocturno, os horários variáveis ou situações de exclusividade.

FAZER RENASCER O ENSINO ARTÍSTICO

O ensino artístico deve ser, efectivamente, uma valência motriz na formação a todos os níveis do percurso escolar dos jovens, mas com particular incidência no pré-escolar e no primeiro ciclo. É uma componente estruturante ao nível do desenvolvimento intelectual, físico e emocional e, como tal, deve interagir com as outras matérias. Ele é também a mais eficaz das armas para a criação de massa crítica e de mercado interno para as actividades artísticas.

O ensino artístico generalista não dispensa, no entanto, um ensino vocacional, que tem sido desprezado pelos sucessivos governos. As escolas profissionais artísticas, vítimas de gestões danosas, têm vindo lentamente a morrer. Era nelas que se fazia o melhor ensino profissionalizante que o país já conheceu.

É fundamental estimular, através de contrapartidas, as soluções de ensino integrado e que se estenda a rede de escolas públicas de ensino artístico de nível básico e secundário – existem no território nacional apenas duas de dança e oito de música. Ao invés, estamos perto de um excedente no ensino superior. A revisão curricular agora proposta deixa no ar os maiores temores em relação ao futuro do ensino artístico.

TRABALHO INTERNO DO BLOCO DE ESQUERDA

O Bloco de Esquerda tem tido uma actividade muito limitada na área da política cultural. Esta situação é mais incompreensível quando nos apercebemos que este é um sector de forte influência e simpatia do BE. Para reverter esta situação, o Bloco de Esquerda deve apostar na criação de um grupo de trabalho para esta área, assim como preparar uma II Conferência sobre políticas culturais.

Desenvolvimento subalterno: vencer o impasse

FRANCISCO BERNARDES-SILVA

Começemos pelos factos:

1º- Como repetidamente se refere ao longo do Projecto nº 1 (DeBatEs nº 1) o crescimento extensivo e subalterno de Portugal deve-se fundamentalmente à vantagem competitiva que, pela negativa, o País foi apresentando ao longo de décadas : os salários baixos;

2º- Como também é realçado, tal "vantagem" deveu-se, e em larga medida ainda se deve, ao muito baixo nível médio de instrução dos portugueses – e, conseqüentemente, duma enorme percentagem de trabalhadores e de patrões (não confundir com empresários, que são raros em Portugal);

3º- Independentemente da idade e do objecto de aprendizagem, o tempo que qualquer pessoa consome a instruir-se não é um tempo produtivo, no sentido de que durante esse tempo não pode executar bens ou serviços utilizáveis por outros ou mesmo pel@ própri@: o único bem é produzido por quem ensina e que, por isso, é normalmente remunerado.

Afigura-se-me que dos factos descritos apenas duas conclusões se podem tirar, a saber:

a) É imperioso e urgente aumentar o nível médio de instrução dos trabalhadores e dos patrões;

b) Sabendo-se que os efeitos da instrução só se fazem sentir, em média, ao fim de cinco anos, é preciso arranjar dinheiro para a financiar durante tal período.

Dizem os "nossos" economistas que os financiamentos deste quilate podem e deverão ser suportados pelo aumento do défice orçamental. (Isto é: do Estado, ou seja, de todos nós.)

A mim, que não sou economista, faz-me muita confusão que um Estado como o português, que está internacionalmente endividado por ter apostado no consumo público e na aquisição de casa própria como factores básicos de desenvolvimento (os bancos, quer se goste quer não, fazem parte da economia de Portugal !...) faz-me confusão, dizia, que se defenda o financiamento seja do que for à custa do aumento do défice- o que, no caso de Portugal, significaria o aumento da dívida ao estrangeiro. Isto admitindo que ainda existe tal capacidade de endividamento ! (Repito que não sou economista, por isso não sei se há ou não há.)

Mas não é verdade que a evasão fiscal ilegal está estimada em 10 mil milhões de euros (2000 milhões de contos) por ano ?

Se isto é verdade, bastará tão somente acabar com ela para se conseguir o tão necessário financiamento da instrução.

E direi mais: é mais fácil conseguir a mobilização da Sociedade contra a evasão fiscal ilegal do que consegui-la a favor do imposto sobre as grandes fortunas – que, aliás, apenas produziria para o Estado uma receita à volta de 40 milhões de contos (200 milhões de euros). Porque as pessoas têm a noção de que, em geral, estas não se furtam aos impostos que a Lei lhes impõe (ainda que a Lei não seja justa).

Porque não então uma campanha nacional do BE para a denúncia de toda e qualquer situação de fraude ou evasão fiscal através da "Linha Aberta" do BE na Assembleia da República ?

Mais: se fomos capazes de ir para a rua em favor do povo de Timor-Leste; se fomos capazes de ir para a rua em protesto contra o desencadear da guerra do Iraque; se o fizemos nestas circunstâncias, em que se defenderam causas que não tinham influência directa na nossa evolução, será que não seremos capazes de mobilizar o "povo global português" para ir à rua exigir o fim da evasão fiscal, esquecendo até a evasão legalizada ?

Por mim, que não sou habitual frequentador de "manifs", e que até faço parte da escassa minoria a quem o Fisco reconhece formalmente dever dinheiro, por mim, dizia, estou disponível para sair à rua por tal causa !

Acabou a solidariedade intergeracional?

FRANCISCO BERNARDES-SILVA

1- Para @s que se tenham espantado com o título, aqui vão o números (uns tantos até invocados na pag.23 do DeBatEs nº1):

- a esperança média de vida subiu para 73 anos nos homens e para 79 nas mulheres;

- os menores de 15 anos **são agora um sexto da população**, quando em 1960 eram apenas um terço;

- os maiores de 65 anos, que em 1960 eram apenas 8%, são agora 15%, devendo no final da década ultrapassar o número de jovens;

- temos 1,7 activos por cada pensionista (e nesta relação não está considerado o recente e crescente aumento do desemprego)

- Portugal (país) passou, **no espaço só duma geração**, da maior para a menor taxa de natalidade na Europa Ocidental (espaço onde, **é bom não esquecer**, estamos e teremos de continuar a estar integrados).

Face às constatações anteriores, impõe-se perguntar: COMO MANTER A SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL se a geração anterior está a tonar-se menos

numerosa que a actual ? HAVERÁ ALGUM(A) UTÓPICO(A) QUE SONHE que, **num**

futuro próximo cada pessoa se disponha a sustentar 2 ou 3 outras pessoas que nem sequer conhece, só porque são pensionistas ?

Se bem conheço a humanidade, penso que tal não é viável !

2- E o facto é que (parece-me) não estou sozinho a pensar assim.

Se não vejamos:

A) A Direita, pragmática como é seu timbre, resolve a questão com base na sua ideologia do mercado onipotente: cada um que cuide de si, investindo a seu favor (nos bancos, nas seguradoras, nos fundos de pensões privados) tudo aquilo que a sociedade de consumo permitir que poupe;

B) A Esquerda, QUE SABE TANTO DE ECONOMIA COMO A DIREITA, e que já há décadas deixou de ser proletária (os proletários tinham muitos filhos !...) defende que a sustentabilidade dos sistemas de segurança intergeracional pode continuar a ser reforçado pela imigração (v.pag.58 do DeBatEs nº1).

Trata-se, à primeira vista, duma solução correcta, visto que o apoio aos imigrantes na EU se revela também uma forma de apoio a países/estados com maiores dificuldades de empregabilidade. Mas não deixa de ser uma "santidade" à maneira de S.Martinho, que chegou a santo mas deu apenas ao pobre metade da sua capa ...

C) A questão maior, porém, é que o benefício resultante do apoio à imigração não terá efeitos (se a tanto chegar ...) para além do tempo de uma geração.

Na verdade, parece insofismável que uma solidariedade intergeracional só poderá manter-se se cada geração for constituída por tantos elementos quantos os da geração que a precedeu!

E dado que, na espécie humana, apenas as fêmeas(as mulheres) podem gerar filhos, isto significa (preto no branco!) que cada casal teria, **NO MÍNIMO**

TEÓRICO, de "produzir" 2 filhos.

Mas os estudos **européus** vão mais longe: só com 2,5 filhos por casal se poderá vir a reencontrar o equilíbrio intergeracional !

...Valor que, evidente me parece, **NAS ACTUAIS CONDIÇÕES DE VIDA**, apenas uma escassa minoria estará na disposição de assumir.(Isto sem levar em linha de conta a incongruência do número: **ninguém pode gerar dois filhos e meio** !)

3- Para me não ficar por atitude(s) derrotista(s), aqui deixo a minha sugestão à **esquerda europeia** (eventualmente utópica, visto nunca a ter visto proposta):

a) Antecipe-se em 6(seis) meses a idade da reforma de cada mulher que tenha dois filhos gerados e criados até à maioridade;

b) Antecipe-se em 1,5(um e meio) anos a idade da reforma de cada mulher que tenha três filhos gerados e criados até á maioridade;

c) Antecipe-se em mais 6(seis) meses além de um ano e meio a idade da reforma de cada mulher por cada filho que, além do terceiro, tenha gerado e criado

Futuro com memória

JOSÉ VIANA

Camaradas, começo por vos dizer que do meu ponto de vista estas teses que debatemos, representam um importante avanço para o Bloco de Esquerda. Desde a 1ª convenção, que não se falava em Socialismo, que a discussão política era essencialmente tática e nunca, desde aí, voltamos a discussões ideológicas ou estratégicas. Acho que só construímos caminho (e é claro que ele só faz caminhando) se tivermos ideia do algures (não é preciso GPS) onde queremos chegar.

Mas, é por defender princípios e por achar que para construir futuro não nos podemos esquecer da história, que escrevo este texto. Começo por dizer que sou "apenas" aderente do Bloco, mas que me vejo como um militante, cuja origem ideológica remonta a Marx e Engels e ao seu "Manifesto do Partido Comunista", que sou, portanto, comunista. Tenho presente a actual carga "maldita" desta palavra, e sei bem que muitos que a usaram(e, se calhar, alguns que actualmente a usam), foram dos principais responsáveis pelo seu "amaldiçoamento". Mas, se continuo a defender que a relação Trabalho/Capital é a contradição central na nossa sociedade de classes, não esquecendo outras que se criaram e/ou agudizaram, e cuja superação (que só me parece possível pela via revolucionária) é a mais necessária para a Humanidade, continuo a rever-me neste termo. E se louvo a queda de todos os muros, não deixo de pensar que o grande marco na história do séc. XX foi a revolução socialista de 1917.

Apesar disto, nunca pretendi ver o Bloco transformado num partido, num partido só de comunistas. Pelo contrário, acho óptima a nossa proposta e a nossa prática de pluralismo à esquerda, e, talvez por isso mesmo, é aqui que me sinto bem.

Concordo com a expressão Esquerda Socialista Moderna, e com as razões que levam à sua utilização: a crítica ao estalinismo e à social-democracia rendida ao liberalismo. Mas, achando que esta crítica deve ser total, acho que não devemos ter "preconceitos históricos" nem "programáticos" e o ponto 10 do projecto de resolução política, quanto a mim padece deles.

No seguinte: quando se faz a caracterização do "socialismo real", rejeita-se, e muitíssimo bem, a forma como o poder político foi exercido, mas não se faz menção, e mal, a conquistas económicas e sociais que melhoraram a vida das pessoas, tanto lá como cá. Parece-me pouco o que se escreve em "A perspectiva socialista deve,.....recusar o preconceito elitista....formular uma democracia social e económica como parte...", apenas por uma questão de rigor, porque é claro que concordo com tudo o que depois se escreve até "será democrática ou não será socialista". E ainda, e pior ainda, no último parágrafo. A história demonstra-nos que as transformações que realmente abalaram o mundo, desde a revolução Francesa de 1789 ao nosso 25 de Abril, passando por 1917, só se concretizaram

com o apoio, e pela acção, de uma maioria social. Mas, o seu momento impulsivo foi sempre feito em seu nome. Compreendo a rejeição de um certo vanguardismo de má memória, mas não aceito uma formulação que me parece exclusivamente reformista. Já disse que não quero um Bloco comunista, nem que assuma como a única via possível para o Socialismo a via revolucionária. Acho entretanto, que assumir o oposto será bem mais maléfico, quer tática quer estrategicamente. Porque se acho que nos devemos distinguir, em absoluto, dos "nostálgicos do Leste", não menos nos devemos distinguir daqueles sociais democratas que sempre se renderam ao liberalismo.

Manifesto "Contra a Guerra"

ANTÓNIO PEDRO RIBEIRO

A guerra do Iraque é uma chacina criminoso e desnecessária. Bush e Blair devem responder em Tribunal Internacional por crimes contra a Humanidade. A resistência do povo iraquiano é heróica, deve ser apoiada por manifestações em todo o mundo, pelo tal povo global. Mas paralelamente à luta pela paz, há que encentar uma revolução de mentalidades, a "revolução permanente" de Trotsky e Che Guevara. É preciso canalizar todas as energias nisso, e não gastar munições inúteis, como lutas estatutárias ou conquistas legalistas.

Hasta La victoria siempre.

A Poética da Liberdade

ANTÓNIO PEDRO RIBEIRO

Está provado. O reformismo não resolve problema algum. O capitalismo por si só precisa, reproduz as desigualdades, as injustiças e não é reformável. É necessário encontrar uma alternativa revolucionária que combine poesia com liberdade. Que se oponha à regulação paranóica, às normas, à repressão. Que aproveite as experiências anti-globalização, dos Fóruns Sociais Mundiais, do EZLN no México.

É necessária uma práxis poética que se oponha ao cinzentismo dos economistas, à mesquinhez das décimas orçamentais, à frieza dos números. Porque esta não é uma luta de décimas. Se chegámos onde chegámos hoje foi à custa de muito sangue, de muitas derrotas. Porque esta é uma luta que vem de há milhares de anos. A liberdade interior, de consciência, conduz à liberdade exterior. Poesia é liberdade.

A vida não é mais possível assim à mercê dos imperialismos, das multinacionais, da corrupção, das mafias; da opressão. Revolução e luta de classes devem voltar a ser palavras de ordem.

Manifesto para a formação de uma tendência anarco-guevarista no Bloco de Esquerda

ANTÓNIO PEDRO RIBEIRO

Um manifesto político deve fazer-se a partir do fundo de nós. De nós enquanto cidadãos, de nós enquanto estudantes, profissionais ou desempregados de qualquer coisa, de nós enquanto criadores, de nós enquanto espécie humana. Ao longo do século XX foram incomensuráveis os prodígios tecnológicos, mas o homem de hoje, do ponto de vista ontológico, dos seus dramas, da sua vivência, continua a ser o mesmo da Bíblia, das tragédias gregas e das peças de Shakespeare. E é desse homem que devemos partir, do homem que resiste e fraqueja, do homem que questiona e se deixa subjugar, do homem que ama e é capaz de chorar. É a partir desse homem, desse "Índio" de que falam os zapatas que devemos agir.

A dignidade e os afectos devem ser a trave-mestra daquilo que conduz ao "homem novo" de que falava Che Guevara. Não devemos ter medo de ser anacrónicos ou utópicos, o discurso do BE anda a ficar demasiado técnico em alguns aspectos. A nova forma de fazer política deve começar pela interrogação:

Porque é que há tantos toxicodependentes? Porque é que há tantos a procurar refúgio no álcool, nos medicamentos, no suicídio? Porque é que para tantos o único motivo de conversa são o futebol ou as incidências dos "reality-shows"?

A resposta chama-se ideologia dominante, capitalismo, mais ou menos selvagem, mais ou menos "soft", mais ou menos subtil, não importa, capitalismo.

Até agora temos falado sobretudo do lado negro da vida. Agora chegou a altura de atravessar para um lado mais puro, mais livre. Para olhar os olhos, para o lado poético e dizer, camaradas, nós estamos a empunhar as espadas dos nossos companheiros de há milhares de anos. A luta é a mesma. Combater a injustiça onde quer que ela esteja, mas de uma forma global, sem sectorialismos.

Contra as máquinas reguladoras, contra a disciplina e o controle, contra os relógios é preciso construir uma nova sociedade, assente na liberdade e na poesia. Contra o cinzentismo, a não-vida, os quadrados da política, os postigos, o racionalismo económico, a ditadura do tempo e da norma, a revolução é precisa. Contra a lei do sacrifício, do trabalho imposto, da mais-valia, da acumulação capitalista, é preciso construir uma sociedade assente na criação, no prazer. Contra os fascismos, os senhores da guerra, a intriga, a usura, o meio mundo a lixar outro

meio, o "queremos o mundo e exigimo-lo, agora!" de Jim Morrison.

- Ⓞ Contra os consumismos, os artificialismos, o tédio quotidiano, as drogas televisivas, opomos a criança sábia, o bailarino, Nietzsche, Che, o Homem Novo! Contra a perpetuação da miséria, contra o luxo, contra o grande capital, contra o imperialismo, contra a ideologia do "status quo", contra a máquina infernal do sistema, o complexo militar-industrial, a Revolução Mundial!

Organizar, organizar sempre...

JOÃO DELGADO

"O Bloco deve ser organicamente alargado a muitos milhares de aderentes." Projecto de Resolução Política – 11

Quem não está de acordo? E quantas questões foram formuladas para que surgisse esta conclusão? Quantos aderentes tem neste momento o BE? Qual a evolução percentual em relação a 1999? Tem o BE mais aderentes do que a soma PSR/UDP/Política XXI/FER? Qual é a composição sócio-profissional e etária dos aderentes do BE e a sua relação com o universo de votantes? E a distribuição regional, ou seja, a relação entre número de votos/número de aderentes? Por que motivo é o BE o único partido com actividade regular (inclui-se o PSR, a UDP, a FER, a Política XXI, Os Verdes, o PCTP) sem um órgão de imprensa? Quem são os responsáveis pelo caos organizativo que tem o seu expoente na incapacidade de executar tarefas rotineiras como a emissão de cartões de aderente e envio de comprovativos de pagamento de jóia?

Para que o Bloco venha a ser "organicamente alargado a muitos milhares de aderentes" espera-se que a Direcção Nacional responda, em sede de Convenção, a estas questões, apresente novas perspectivas de trabalho e desafios ao conjunto dos aderentes e, particularmente, às Coordenadoras Distritais e Regionais.

Algumas hipóteses teóricas.

Teria neste momento o BE "muitos milhares de aderentes" se:

- Editasse mensalmente um jornal, não de propaganda mas de divulgação da realidade sectorial e local do movimento, troca de experiências de sucessos e fracassos, reflexão e debate político?

- Existisse uma relação orgânica efectiva entre a Direcção Nacional e as coordenadoras, prevenindo o amiguismo e voluntarismo?

- As reflexões e decisões da Mesa Nacional fossem integralmente divulgadas ao conjunto do movimento através de minutas e não da interpretação da comunicação social ou relatos subjectivos de membros da Mesa?

- A presença do BE na Net incluísse um Forum de discussão de todas as questões de índole política, com a participação dos dirigentes nacionais?

- Uma verdadeira campanha de filiação, sustentada em materiais sectoriais, cartazes, folhetos, autocolantes, fosse tida como prioritária?

Esperam-se respostas a 10 e 11 de Maio, na capital, claro...

A questão do jornal

MIGUEL PORTAS E JOÃO CARLOS

Já na anterior convenção, vári@s companheir@s sustentaram a necessidade, para não dizer urgência, de um jornal do Bloco de Esquerda. Os argumentos são conhecidos: o bloco precisaria de uma publicação que desse a conhecer as suas posições sobre a diversidade dos problemas sociais, políticos ou culturais do mundo e do país; de um espaço que abrisse a notícias que raramente se encontram na comunicação social de referência e relatadas com pontos de vista não assépticos; de um jornal onde a diversidade do próprio bloco se pudesse, com regularidade, exprimir; e, enfim, de um «organizador colectivo» que estimulasse, por via da venda militante, o activismo regular do partido e o contacto de rua.

Se estes argumentos parecem lógicos, porque não se avançou até hoje? Porque nesta matéria convém cotejar a vontade com a lucidez.

De que tipo de publicação precisaria efectivamente o bloco? De um semanário, de um mensário ou de uma revista trimestral de perfil teórico? Em papel não interessa «qualquer coisa», desde que saia. Isso seria um pesadíssimo equívoco que pagaríamos caro, quer em termos monetários, quer de imagem.

Sugiro, por isso, um método eliminatório. Coloquemos de fora das hipóteses, à partida, a que seria mais simples de criar: uma revista trimestral de perfil teórico. Essa responde a necessidades reais do activismo político e social desta área mas não cumpre qualquer papel de «organizador colectivo». Por outro lado, quer na área do bloco quer no de outras esquerdas, estão a surgir - ou para surgir - várias publicações deste tipo. Até que as águas assentem, ir por aí seria pouco sensato.

Concentremo-nos agora na variante mensal: ele exige um corpo de, pelo menos, 4 a 5 profissionais, entre núcleo duro do corpo redactorial e tarefas de administração. E os seus custos anuais dificilmente se situariam abaixo dos 100

mil euros, na mais módica das versões. Um tal projecto poderia ser prestigiante e encontrar alguns milhares de leitores. Mas o seu pressuposto é muito forte: concentrar opções de profissionalização numa actividade de escassa repercussão pública. Por outro lado, um mensário dificilmente cumpre a desejada função de «organizador colectivo». A periodicidade, o perfil e o preço de uma tal publicação, mesmo que em formato jornal, não é para aí que apontam. E de duas uma: ou a publicação se destina a três ou quatro mil compradores, aos círculos estritos do BE, e então o investimento em quadros é desmesurado para a escassez de meios humanos e financeiros e a amplitude das tarefas políticas; ou queremos apostar numa publicação «ofensiva», que vise atingir um número de leitores acima da dezena de milhar e então não se pode prescindir da rede comercial, hoje em dia incompatível com as redes de venda militante. Em qualquer dos casos corremos o sério risco de colocar a organização do bloco a reboque dos equilíbrios financeiros de um jornal. No primeiro caso, a venda militante pode transformar-se na principal tarefa dos militantes; no segundo, o risco financeiro pode estrangular a nossa capacidade de intervenção.

Como é óbvio, o que se escreveu para um mensário deve, grosso modo, ser multiplicado por quatro para um semanário. E no entanto...

... No entanto, a verdadeira necessidade que cada um de nós sente é, precisamente, a de um semanário de esquerda que acompanhe a actualidade e proporcione uma pluralidade de pontos de vista que nos ajude a compreender e a interpretar a realidade. Esta é a necessidade. Mas a ela não podemos responder sozinhos nem com um órgão central. Em matéria de comunicação não há atalhos nem se deve ser voluntarista.

Dito isto, não nos podemos dispensar de um debate sério sobre as diferentes soluções de comunicação que, no seu conjunto, respondam aos défices reais que temos. Temos usado jornais de agitação de grande circulação com irregularidade. Talvez seja boa ideia regularizar. Não estamos a explorar a página da net suficientemente e na relação que pode ter com a impressão em papel. É hora de nos ocuparmos mais seriamente dessa vertente. Temos melhorado na informação mais regular aos aderentes com net. Mas pode-se melhorar ainda mais e é forçoso encontrar soluções para quem se encontra fora desse circuito. E valerá a pena discutir uma estratégia para as publicações em formato livro. A alternativa ao «grande salto» é uma política de passos seguros.

Falências, desemprego e movimentos sociais

CARLOS SANTOS

Por todo o mundo, e em particular na Europa, têm vindo a multiplicar-se diferentes movimentos sociais, nos terrenos mais diversos e variados. Em Portugal, apesar de ainda muito atraso neste campo, o mesmo fenómeno tem vindo a acontecer.

No próximo mês de Junho, a realização do Fórum Social Português é um momento único para um novo impulso na multiplicação desses movimentos em Portugal. Simultaneamente, pode constituir um passo para o seu envolvimento social e político na luta contra a globalização capitalista, para além da intervenção específica na sua área de acção. Segundo momento em que o atraso português ainda é mais pronunciado.

A próxima Convenção do Bloco deve constituir uma oportunidade importante na divulgação de experiências e também de mobilização para a participação em movimentos sociais e, naturalmente, no Fórum Social Português.

Durante o passado mês de Março existiram mais 280 pessoas desempregadas por dia, das quais 160 mulheres e 120 homens. No último trimestre de 2002 a taxa de desemprego atingiu os 6,2% e a continuar neste ritmo teremos no final do ano mais cem mil desempregados.

A crise económica que Portugal atravessa é a causa deste aumento desenfreado do desemprego. O encerramento de empresas, deslocalizações e falências multiplicam-se por todo o país, são tema de abertura de telejornais e fonte de preocupação e insegurança nas pessoas.

O Bloco correctamente nas últimas jornadas parlamentares apresentou propostas para enfrentar esta situação. É importante que essa intervenção aumente quotidianamente junto das pessoas atingidas pelo flagelo.

A luta contra o desemprego, as falências e deslocalizações está no centro da luta política em Portugal. E não é apenas um caso de intervenção e luta sindical ou especificamente partidária.

As pessoas vítimas do desemprego precisam de apoio e solidariedade, precisam mesmo de organização específica. Os sindicatos, concentrados na luta contra o pacote laboral e na defesa dos empregados, não respondem só por si a este drama. Intervêm nele, mas uma vez desempregada, a pessoa tende a ficar isolada, atravessando o calvário da busca de novo emprego, atingida pelos mais variados problemas. O subsídio que tarda (ou a que nem tem direito), e está a tardar vários meses; o novo emprego que não aparece; a idade, tantas vezes é-se "jovem para a reforma e velho para trabalhar"; a formação que normalmente é baixa e desadequada para o actual mercado de trabalho, mas cada vez mais surgem casos em

que é excessiva para o emprego em causa; já não falando da precariedade agravada, normalmente a única solução para interromper o desemprego.

E a saúde? A percentagem de depressões é elevadíssima neste sector da população. O desemprego representa uma grave rotura na vida, e um passo para a desinserção social.

Com cerca de 7% de desemprego, e os problemas concretos e específicos dele decorrentes, faz falta um forte movimento social de combate ao desemprego e pela integração social das pessoas desempregadas. Movimento que pode ter um papel importante na luta social e política em Portugal.

Algumas experiências havidas neste terreno são prometedoras exactamente neste sentido.

Têm de ultrapassar as tradicionais barreiras oposicionistas da velha esquerda tradicionalista e do sindicalismo sectário. Sem perder oportunidades, não devem cair no institucionalismo: o financiamento da actividade dos movimentos sociais não é simples e acarreta riscos. Mas o principal é que saibam organizar-se democraticamente, e ser ponto de mobilização de pessoas e vontades.

O Bloco de Esquerda tem de apoiar, estes movimentos, e contribuir para que se ampliem e multipliquem. Pode ser um bom contributo para o reforço, e vencer o atraso, dos movimentos sociais em Portugal.

Em prol da democraticidade interna

FRANCISCO BERNARDES-SILVA

RECOLHE O APOIO DOS SUBSCRITORES DA PROPOSTA NA PÁG. 26

Embora sem procuração para tal, arvorei-me em representante dos excluídos da participação no "DeBatEs" por força do ponto 6 das respectivas NORMAS DE PARTICIPAÇÃO – isto se, como me esforçarei por conseguir, encontrar alguém disposto a "secretariar-me" de modo a que este seja enviado em harmonia com o mencionado ponto 6.

E este curtíssimo "artigo de opinião" tem o fim exclusivo de "gritar" que o enriquecimento da vida democrática do Bloco (ponto 11 do Projecto nº 1) terá forçosamente de incluir a abertura à intervenção escrita dos aderentes que fazem parte da imensa maioria que coloca o País na UE em penúltimo lugar quanto à densidade de computadores "on line" (ponto 6 do dito Documento).

E isto para que nós, os bloquistas, não corramos o risco de seguir o exemplo da "Nova Europa", onde o maniqueísmo, o populismo e "a ideia de que a fonte de todos os problemas reside sempre no mais pobre que mora ao lado se transformam numa ideologia difusa" (sic, ponto 2 do Projecto nº 1) o que, a acontecer, viria certamente a inquinhar o nosso discurso político.

Reinventar a Escola

ALDA MACEDO

A aposta que nos colocámos obriga a um processo prolongado, abrangente da nossa diversidade, participado e aberto, capaz de manter a utopia no horizonte dos nossos dias

Este contributo para reflexão da IIIª Convenção do Bloco de Esquerda de Esquerda, procura fazer o ponto de situação em relação ao percurso que temos vindo a traçar desde a nossa primeira convenção até agora. Em Janeiro de 2000 não fomos mais longe do que a explicitação de um consenso: o Bloco de Esquerda assumia o seu compromisso em torno da defesa da escola pública. Desde essa altura, temos vindo a percorrer caminhos que nos colocam, na síntese da nossa diversidade de pensamento político-educacional, em posição propositiva sobre uma diversidade de matérias (territorialização da educação e desenvolvimento, autonomia curricular, avaliação dos processos educativos, democracia), mas nos deixam ainda a alguma distância de prefigurar uma concepção global e coerente que possa ser aglutinadora da nossa intervenção política.

O Fórum: *Reinventar a Escola*, de Outubro de 2002, contribuiu de uma forma determinante para o aprofundamento de algumas das vertentes mais polémicas.

1. No topo das prioridades colocámos a territorialização, a autonomia e a democracia e assumimos a discussão mais difícil que é a que diz respeito à coordenação entre o papel do estado central enquanto garantia de um projecto nacional e a diversidade e autonomia dos territórios educativos, bem como a multiplicidade dos parceiros na educação.

Estamos hoje confrontados com uma concepção de municipalização que, à luz da concepção neoliberal, não significa outra coisa que não seja a desresponsabilização do Estado pela oferta de ensino público, associada ao reforço da capacidade reguladora do sistema e à reprodução das desigualdades sociais.

O Fórum permitiu-nos mais do que identificar riscos, permitiu enunciar princípios que podemos hoje considerar como património de pensamento fundador.

— A organização da oferta educativa que começou por ser uma construção de identidade nacional violentamente erguida contra o território local, precisa de colocar-se numa perspectiva de incorporação das realidades locais, nacionais e supra-nacionais, tendo como aposta o combate contra as manchas de exclusão. Isso obriga a que promova a negociação entre um projecto de desenvolvimento global, unificador em torno da apropriação colectiva dos saberes enquanto ferramentas de progresso, e a diversidade das culturas, tradições, saberes e projectos

locais;

— A territorialização passa por responder à participação da multiplicidade dos autores locais e reconhece esta diversidade para além dos participantes tradicionais (alunos, pais, professores) mobilizando para esta responsabilidade educadora todos os autores da animação social e cultural local.

— Rejeitando a perspectiva da empresarialização dos serviços educativos organiza-se numa perspectiva de rede que implica toda a comunidade num processo educativo, o que obriga a equacionar a administração sob a óptica da subordinação a um projecto democrático e ecológico. Democrático, no sentido em que se abre às diferentes instâncias organizadas da sociedade para que partilhem do poder de fazer escolhas; ecológica no sentido em que não se limita ao campo da estratégia pedagógica mas assume-se como abrangente ao concurso da acção social nas suas diferentes vertentes (intervenção cultural, desenvolvimento económico, investigação social e científica).

2. Percebendo o império de uma lógica de crescimento extensivo da mercantilização da vida, característico do modo de crescimento neoliberal, lemos à sua luz a hierarquização das áreas educativas, a desvalorização das aprendizagens pouco rentáveis do ponto de vista do mercado, a transformação dos professores em veículos fáceis de manipular, a transformação dos alunos em clientes fáceis de culpabilizar, a transformação dos processos educativos em rotinas autoritárias e normativas.

— A partir desta percepção desenvolvemos uma cultura de exigência que reconhece que diante da complexidade das relações políticas e sociais do mundo, há uma pluralidade de conceitos de sucesso abrangendo não só competências cognitivas mas também emocionais e sociais, o que obriga a modelos de avaliação que sejam eles mesmos espelho dessa complexidade e contributo para a autorregulação dos participantes nos processos educativos na medida em que possam delinear estratégias geradoras de responsabilidade .

— Encontrar um sentido legitimador das aprendizagens necessárias ao progresso sustentado, à recomposição das comunidades, à inclusão das diferenças, à emancipação dos indivíduos, obriga a desvincular a oferta educativa das flutuações do mercado de trabalho que tem provado ser incapaz de dar resposta ao discurso das formações em contexto escolar, logo obriga a vincular o estado ao investimento em recursos técnicos e humanos numa aposta decisiva na educação.

Os passos que o Fórum – *Reinventar a Escola*, nos permitiu dar, colocam-nos agora perante a possibilidade de apresentar propostas alternativas, sectoriais sobre a Lei de Bases do sistema educativo. Contudo, confrontamo-nos ainda com limites a esta capacidade de projectar uma refundação global da escola. Muitas perguntas continuam a precisar de ser tratadas e aprofundadas:

Como garantimos a coordenação entre os diversos ciclos de estudos sem cair na ratoeira da hierarquização vertical entre eles?

Como operacionalizamos a administração escolar no sentido de organizar as redes de oferta educativa ?

Como podemos assegurar uma efectiva liberdade de escolha curricular sem correr o risco de perpetuar as assimetrias regionais ?

Como conjugamos uma apropriação colectiva do conhecimento com a liberdade de escolhas diferenciadas?

Estas são apenas algumas das questões mais polémicas com que nos temos vindo a confrontar, e permitem-nos perceber como ainda temos caminhos extensos a percorrer até clarificarmos as nossas escolhas.

Para que este percurso seja possível é necessário que o BE faça uma aposta séria na promoção e consolidação dos grupos de trabalho de educação, que existem já, na maior parte dos casos de forma pouco consistente, e que podem ser embriões de reflexão e desenvolvimento a partir do que temos consolidado, capazes de polarizar não só os aderentes do BE, mas também mobilizar o contributo de todos aqueles que têm desenvolvido a sua actividade em torno da educação, com quem possamos partilhar este processo construtivo. Este esforço necessário passa por duas vertentes: autonomia e capacidade de iniciativa desses grupos de trabalho, conjugada com uma coordenação nacional que promova não só a divulgação dos desenvolvimentos feitos mas também a ligação com a direcção nacional do BE. Um novo Fórum Nacional deve ser colocado no horizonte, que possa concretizar as questões que neste momento se nos colocam ainda.

Uma clarificação urgente!

MAMADOU BA

O Bloco surgiu num momento em que a agenda política ficou marcada por uma multiplicação das frentes de luta. É evidente que tal multiplicação, também, se deve em boa parte ao próprio surgimento do Bloco no espectro político português. Este estado de coisas não facilitou a centralização e o destaque de algumas frentes de luta.

Assim, apesar do empenho de alguns activistas bloquistas no combate contra o racismo e no combate ao "combate contra a imigração", não tem sido fácil centralizar estas duas frentes de luta dentro do Bloco. Mas é agora, e mais do que nunca devido ao próprio calendário político (a Guerra, o Fórum Social Português, o Fórum Social Europeu, as eleições europeias, a Convenção sobre o futuro da Europa, a lei de imigração, o pacote laboral, etc.), que surge a necessidade dentro do Bloco de organizar e de reestruturar a sua intervenção na área da imigra-

ção e do combate contra o racismo.

Além das conferências sectoriais sobre essas temáticas, urge criar dentro do Bloco uma dinâmica que torne esta luta permanente e que faça dela uma resposta política à política neoliberal que quer fazer da imigração uma coisa factual ou circunstancial.

O Bloco deve diferenciar-se tanto na teoria como na prática das demagogias feitas à volta da imigração começando por operar uma revolução semântica no uso das palavras e das reivindicações respeitantes à imigração e as minorias étnicas. Já não basta reclamar "papéis" e direitos sociais para os imigrantes, é preciso ir mais longe no combate contra as "cidadanias fragmentadas".

É preciso ir cada vez mais longe na defesa dos direitos da livre circulação e da livre instalação, porque as políticas neoliberais, além de atentar e restringir substancialmente as liberdades e garantias, não se limitam em clandestinizar e precarizar os imigrantes. As políticas neoliberais vão até pôr em causa o próprio conceito de residência.

Já não basta reclamar uma sociedade multicultural, é preciso lutar para um cosmopolitismo intercultural. O direito de trabalhar com direitos iguais e o direito aos direitos cívicos constituem o único caminho para a inclusão social.

Ora, com o receio de indignar a Direita num terreno eleitoralmente perigoso e, alguns sectores ainda prisioneiros de um certo espírito "republicano" profundamente chauvinista, xenófobo e reaccionário, o que a Social-Democracia neo-liberal fez até agora foi fragmentar e fatiar a cidadania outorgando aos imigrantes pedaços insignificantes de direitos. Os socialistas não queriam conceder documentos a mais de 60% dos imigrantes para não parecerem dar o braço a torcer perante a pressão do movimento social. Assim, as autorizações de permanência não podiam exceder um ano de validade, nem salvaguardar garantias de renovação e com critérios arbitrários de obtenção e de prorrogação.

A luta da esquerda socialista deve ser combater a ideia de que o imigrante deve aceder gradualmente à cidadania, adquirindo passo a passo o direito a todos direitos.

É por isso que se torna cada vez mais importante clarificar, em primeiro lugar, o que se entende por cidadania, para se poder distanciar das políticas neoliberais que querem "mercantilizar" a imigração. A transversalidade da cidadania obriga-nos a associar nas nossas lutas a questão da clandestinização e da mercantilização dos imigrantes às questões da sua participação política.

Os imigrantes só serão trabalhadores com direitos quando tiverem a possibilidade de exercer a cidadania de forma efectiva. Ou seja, não se pode reclamar o universalismo dos direitos sociais e não combater para o universalismo dos direitos cívicos. O direito para uma participação política é sem dúvida o pilar do direito à cidadania completa.

Ora, uma das exigências primárias é a de combater com frontalidade a clan-

destinização dos imigrantes para acabar com a chantagem e a precarização laboral dos trabalhadores, de todos os trabalhadores.

A imigração no mundo do trabalho é uma conjugação da ausência total de direitos nomeadamente a ausência de segurança no trabalho, a inexistência da segurança social, os salários baixos com a ausência de sindicalismo.

Ora por isso, o sindicalismo deve ser uma plataforma para os activistas do Bloco também influenciarem o debate sobre as questões da imigração. É de facto urgente que os sindicalistas do Bloco redefinam as estratégias burocráticas das centrais sindicais na abordagem sindical dos trabalhadores imigrantes. Cabe sobretudo aos sindicalistas do Bloco denunciarem e combaterem junto das classes trabalhadoras a instrumentalização da imigração nas lutas de classes. É também com os camaradas professores sindicalistas que se vão travar as lutas para um ensino intercultural que valorize o "cosmopolitismo".

Revela-se necessário intensificar, dentro do Bloco, o trabalho sindical em prol de uma melhor aproximação dos trabalhadores imigrantes.

O debate sobre as restrições em matéria de políticas de imigração da UE não é novo, começou desde as negociações da cimeira de Tampere na Finlândia, em Novembro de 1999, passando pelo encontro de Nice em Dezembro de 2001 e culminou com a cimeira de Sevilha em Junho de 2002. A cimeira de Sevilha consagrou a doutrina securitária baseada numa lógica da justificação da repressão contra os imigrantes. Desde então os Governos europeus elegeram uma série de inimigos a combater, catalogados em três eixos que eles definem como interligados: a imigração, o tráfico de estupefacientes e o crime organizado. A política de imigração delineada pelo conjunto dos países europeus baseia-se nos três eixos claramente definidos: controle policial e social sobre os residentes; criminalização, detenção e expulsão dos "sem papéis"; e controle fronteiriço à custa de uma "tecnologização" e uma militarização da zona sul da Europa para impedir a chegada de mais imigrantes. E mais, desde a cimeira de Sevilha em Junho de 2002, esta em cima da mesa a possibilidade de incluir entre essas medidas: a pressão, a chantagem e a coacção económica e política sobre os países de origem dos imigrantes. No entanto, apesar das legislações restritivas, o fluxo migratório continua aumentando. A crescente presença de cidadãos não comunitários afigura-se como uma das tendências claras da sociedade europeia.

De facto, os 15 estados que compunham a UE antes do seu alargamento comprometeram em harmonizar e em consolidar o conjunto do arsenal de regulamentação sobre a matéria da imigração antes 2004.

Portanto, o panorama global augura uma agudização da polarização económica dentro da marca da globalização económica capitalista. É por isso que uma política que não tem em conta a multiplicidade dos factores que intervêm nos processos migratórios terá como resultado uma sociedade cada vez mais fragmentada, com um cúmulo crescente de expectativas insatisfeitas, onde largos sec-

tores da população são marginalizados com um princípio de cidadania excludente. Daí que a Europa das cidadanias fragmentadas ou amputadas se consolidará e significará no âmbito da imigração, por um lado, a negação do princípio de igualdade no reconhecimento e garantia dos direitos sociais e laborais dos imigrantes e, por outro lado, a dissociação entre o reconhecimento e o exercício dos direitos sociais e laborais em função da condição – administrativa – de "irregularidade". Ambas as situações afectam sem dúvida nenhuma os princípios do Direito tal como enunciado na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Assistimos ainda hoje em dia, através da PAC (política agrícola comum) a uma organização da clandestinidade da imigração por parte da eurocracia como o confirma um estudo encomendado por vários sindicatos da Alemanha, da Espanha, da França, da Itália, da Holanda e do Reino-Unido.

Para o Bloco, urge a necessidade de incorporar na sua agenda política, nacional e europeia, uma resposta para o direito à livre circulação e a luta contra a precariedade, porque dentro 378 milhões de cidadãos a viver na Europa, 18 milhões são cidadãos estrangeiros, sem contar os mais de 3 milhões em situação "irregular". E estes mais de 20 milhões de cidadãos estrangeiros fazem parte dos mais de 20% da população europeia a viver no limiar da pobreza com apenas dois dólares por dia!

É por isso que Convenção Sobre o Futuro da Europa e as eleições europeias constituem uma ocasião histórica para reafirmar o nosso repúdio pelas políticas neoliberais que pretendem cimentar cada vez mais a mercantilização dos imigrantes e precarização dos seus estatutos.

Na convergência com as esquerdas alternativas europeias, o Bloco deve centrar a sua intervenção e influência na denúncia da ausência de perspectivas igualitárias nos textos daquela Convenção, no seu eurocentrismo doentio que faz da homogeneização cultural uma meta. A Convenção Sobre o Futuro da Europa não reconhece nem valoriza o cosmopolitismo.

Uma esquerda socialista alternativa deve procurar, no seu combate contra o neoliberalismo e o populismo, assumir com clareza e frontalidade os ideais democráticos na defesa de uma cidadania múltipla e efectiva.

"Lutar junto e com os imigrantes, é lutar contra a precariedade laboral e social, é lutar contra a divisão dos Direitos Humanos e contra o "apartheid", em resumo é lutar pela livre circulação das pessoas e pela uma legislação única baseada na não-diferenciação por motivos de sexo, de religião, de etnia e pela cultura."

Breve contributo para a III Convenção Nacional

JOSÉ MARREIROS DE MENDONÇA

Alternativa Socialista

Quando a p. 19 de "Debates 1" se apontam "alguns combates" como "resposta" ao neo-liberalismo, diz-se que ela é a "alternativa socialista moderna" (sublinhado meu). Julgo que se considera ter havido uma anterior alternativa ao capitalismo. Efectivamente, assim aconteceu. Procurando pôr em prática as lições teóricas do marxismo, Lenine foi o pioneiro e principal construtor de uma efectiva alternativa socialista revolucionária – o Estado Soviético, cuja evolução, pelos seus erros e desvios ideológicos, pelas suas contradições, pela preversão da ditadura estalinista, acabou no capitalismo de Estado, dito "socialismo real". Mas não só. Por todo o século XX se desenvolveram acções de contestação e luta contra o capitalismo e de procura dos caminhos para o socialismo (para o comunismo até): criaram-se movimentos sindicais, fundaram-se os partidos comunistas e socialistas, surgiram movimentos e lutas; nos 30 anos, que seguiram à crise da 2ª Grande Guerra Mundial, o próprio desenvolvimento da economia capitalista do ocidente permitiu, às classes trabalhadoras, a conquista de direitos e vantagens sociais que, em boa parte, ainda perduram.

Todavia, não se alcançaram mudanças revolucionárias ou transformadoras nas sociedades ocidentais. A alternância no poder entre as forças políticas de esquerda, do centro e da direita foi constituindo o sustentáculo do jogo dos interesses económicos e financeiros do capital, mantendo a exploração das classes trabalhadoras com baixos salários e crises de desemprego, sugando e pilhando a riqueza dos povos colonizados; e assim se atingiu a fase da globalização e da mundialização selvagem do mercado, com o poder económico e financeiro mundial a dominar a política dos estados e com a manifestação imperialista dos EUA que agora explodiu.

O apontamento, mais que sucinto, que deixei serve apenas para me apoiar na ideia de que os "combates" que se apresentam no final do capítulo 2 do "Projecto" (p. 19) não podem conduzir a nenhuma "alternativa socialista moderna". São, obviamente, propostas de esquerda, da desejada "modernização democrática". Mas não passam de medidas de exercício do governativo da esquerda inovadora contra o conservadorismo da direita que agora nos governa. E tudo se passará, inevitavelmente, no contexto da confrontação partidária da democracia puramente representativa, propiciando a tradicional alternância do poder, perpetuando as políticas ora à esquerda ora à direita (com o centro, no meio, nunca desarmado); e não se avançará ao encontro da almejada "alternati-

va socialista", porque sem alteração do sistema capitalista...

Na primeira experiência socialista a partir da "revolução de Outubro", adoptou-se, rigorosamente, a concepção marxista de concentrar no estado a posse total dos meios de produção, incluindo as terras. Concepção que, aliás, se tornou a proposta revolucionária de todo o movimento comunista (de todos os partidos comunistas constituídos à semelhança do partido bolchevique). Porém, numa visão actual do socialismo, terá de reconhecer-se que essa solução está ultrapassada por, essencialmente, anti-democrática, pois o centralismo económico conduz inevitavelmente, ao centralismo político e ditatorial (o exemplo do estado Soviético é por demais esclarecedor).

O socialismo (moderno), que é o objectivo – quase diria ideológico – da nossa esquerda nova e de mudança, haverá de assentar em dois pilares fundamentais:

a) A posse colectiva dos meios económicos, financeiros e técnicos de produção da riqueza – através das autarquias, de associações não capitalistas, de cidadãs e cidadãos, de empresas solidárias em auto-gestão (cooperativas), de grupos de trabalho técnico ou científico, ou de várias formas de relacionamento colectivo para actividades produtivas, que a criatividade social for implementando; aspecto fundamental é também que a colectivização empresarial não capitalista, impõe que dos órgãos de gestão das empresas façam parte representantes dos respectivos trabalhadores.

b) A generalizada democracia participativa no governo dos colectivos sociais – tendo-se por fundamental que a participação efectiva e permanente das cidadãs e dos cidadãos é a condição-base da gestão democrática de poder local autárquico ou do poder administrativo, através da intervenção de associações, comissões, grupos, assembleias, movimentos e, até, iniciativas de autogestão local; o princípio da democracia participativa é extensivo a todos os órgãos, estruturas ou departamentos do poder político e administrativo, bem como a todos os colectivos sociais, nomeadamente associações, sindicatos, partidos, empresas.

A concluir: apostando nesta visão do socialismo – digamos – desta "alternativa socialista moderna", importa que o nosso Movimento ponha em prática iniciativas da intervenção política no sentido de fomentar experiências de colectivização económica e financeira não capitalista, de promover a consciencialização dos trabalhadores sobre a economia socialista e desenvolver o aprofundamento progressivo da democracia participativa.

Contributo para o debate sobre o Projecto de Resolução Política

JOÃO LOPES E GIL GARCIA

TEMPO, LINGUAGEM E REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Reconhecemos o *Projecto de Resolução Política* aprovado pela Mesa Nacional como uma estimulante base de trabalho e cremos que se trata de um documento essencialmente teórico sem focar atenções no curto-prazo e na elaboração programática. Manifestamos igualmente um acordo genérico com esse *Projecto*. Assim sendo, as seguintes reflexões têm mais a ver com clarificação de linguagem e de perspectivas do que propriamente com divergências de fundo. Trata-se de "fazer falar" um bom texto que está atravessado por uma semântica defensiva e por conteúdos latentes no contexto de um tempo de recalcamientos já passado. Recalcamento pela herança trágica das ditaduras estalinistas que mancharam os ideais do socialismo e do comunismo. Recalcamento pela reversão de importantes conquistas da revolução de 1974-75. Recalcamento pelo rotativismo ao centro partilhado pela direita e pelo PS há mais de duas décadas. O tempo desses retrocessos está a esgotar-se e agora urge ultrapassar a auto-repressão da esquerda revolucionária ao nível da sua linguagem e da sua perspectiva.

TEMPO E LINGUAGEM

O tempo internacional e nacional do BE está basicamente configurado por uma nova realidade geo-política que cruza elementos dos anos 70 e novidades do limiar do século XXI. Ela começou com a crise crónica do capitalismo desencadeada pelo choque petrolífero de 1973-74. Foi estrategicamente ampliada com o derrube dos regimes estalinistas do Leste de 1989 a 1991. Está a reforçar-se com a inevitável decadência dos chamados partidos comunistas com influência de massas, com a direitização da social-democracia e com a voragem neo-liberal. E ganha importante dinâmica com o movimento por uma globalização alternativa e com a luta contra a barbárie guerreira de Bush. Este tempo não responde já aos malditos anos da ofensiva neo-liberal que quase não encontrava resistência, das guerras imperialistas que apenas tinham oposição de vanguardas e da propaganda avassaladora do pensamento único. Agora o neo-liberalismo está em crise, a guerra encontra resistência de massas e o pensamento único abre brechas. Na greve generalizada de três semanas dos trabalhadores franceses em 1995, nas ruas de Seattle, na batalha de Buenos Aires e nas impressionantes manifestações de 15 de Fevereiro contra a guerra, *"a política deixa de correr para o centro e para*

a direita".

A linguagem do *Projecto de Resolução Política* ainda está parcialmente presa ao tempo da desesperança e alinha por conceptualizações em voga que estão atrás das tendências profundas do início do século XXI. Alguns exemplos: ignora a categoria do imperialismo; eufemiza expressões amaldiçoadas pelo pensamento único como *nacionalização da economia* ou *revolução socialista*; sobrevaloriza o conceito do *movimento dos movimentos*. Parece-nos que essa semântica não se justifica, pois a *Resolução Política* é basicamente um documento interno para a militância e não um instrumento de comunicação com as massas. Parece-nos que essa linguagem não acompanha devidamente a importante corrente de reforço da chamada extrema-esquerda que se processa no novo mapa geo-político. A utilização de uma linguagem mais dura e classista não impediu a esquerda trotskista de alcançar mais de 10% nas eleições presidenciais de 2002, o que significou pouco menos do que a votação de Lionel Jospin do PSF e triplicou a votação do candidato do PCF. A histórica categoria leninista de *imperialismo* circula facilmente em meios político-intelectuais da esquerda europeia e vem mesmo acompanhada da *recolonização* na opinião pública dos países dominados no mundo árabe e latino-americano. A sobredeterminação do *movimento dos movimentos* é compreensível nos países (sub)imperialistas como Portugal, mas tem pouca pertinência nos países dominados e ele deve ser compreendido sobretudo como sinal de expulsões sociais mais clássicas no futuro. Antecipa a entrada em cena das massas trabalhadoras, mas não as substitui e tem uma dimensão macro-histórica menor se comparada com a greve generalizada francesa de Novembro-Dezembro de 1995 ou com a luta argentina pelo pão e pelo trabalho.

TEMPO E REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Este novo tempo não só reactualiza um discurso normalmente silenciado, mas também recoloca claramente a perspectiva pluri-decenal da revolução socialista. A conjugação da turbulência enquanto estado recorrente do capitalismo, sobretudo porque a incapacidade da "nova economia" para relançar um crescimento longo como o do "boom" do pós-II Guerra Mundial e o rebentamento do "cáscino financeiro" se tornaram realidades, com a barbárie da guerra infinita e com a crise da esquerda tradicional intrinsecamente ligada ao jogo institucional, abre um enorme espaço para a revolução socialista. Obviamente, isso não significa que ela está a cada esquina e é para já, mas aponta para um tempo imperialista marcado pela instabilidade e pelo conflito. E aponta mesmo para acelerações bruscas da história conforme se vê na silenciada luta argentina pelo pão e pelo trabalho. Este autêntico ensaio geral da reactualização da perspectiva socialista revolucionária no país mais desenvolvido e mais devastado pela deriva neo-liberal da América Latina passa compreensivelmente à margem dos "mass media" e incompreensivelmente está apagado pela sobredeterminação do *movimento dos movimentos*

no próprio texto do Projecto *Resolução Política* do nosso movimento. Essa sobre-determinação resulta de uma mundivisão inconscientemente minada pelo euro-centrismo e pelo peso da classe média progressista no seio das esquerdas anti-capitalistas dos países (sub)imperialistas. Ela encontra mesmo alguma justificação no carácter extraordinariamente progressivo do movimento por uma globalização alternativa e cruza-se até com greves gerais, conforme se viu em Espanha e na Itália. Porém, ela não ajuda a entender as tendências mais profundas do novo tempo e o esquecimento da situação argentina é a prova disso mesmo. Esquecer que volta a haver, ao nível de massas, práticas e ideias características dos períodos de revolução socialista pela primeira vez depois de mais de duas décadas e depois do derrube do mal-chamado "socialismo real" não arma os anti-capitalistas para enfrentar profundas crises económico-sociais. Quando há novamente dezenas de milhares de trabalhadores a reorganizar ou controlar por si mesmo a vida económica de fábricas, de empresas de transportes, de supermercados e de hospitais, quando há centenas de milhares de pessoas de várias classes sociais a viver a democracia directa das assembleias populares em detrimento da democracia representativa, quando há centenas de milhares de desempregados organizados em poderoso movimento de massas para conseguir pão e trabalho, quando há uma mudança tão brusca na consciência de milhões capaz de repôr na consciência da maioria da população ideias como o não pagamento da dívida externa, a nacionalização da banca e das empresas fundamentais, ou a estatização do comércio externo, algo de muito profundo está a ocorrer na economia e na política internacional que enquadram as situações nacionais. Não prestar nenhuma atenção a isso é um erro. Independentemente do resultado provisório da actual crise argentina, ela marca o início de um novo ciclo: a reactualização da revolução socialista a partir dos elos mais fracos da cadeia capitalista já entrevista no profundo giro à esquerda do conjunto da América Latina e da qual a vitória de Lula é um sintoma eleitoral.

Neste contexto, e tendo em atenção o carácter sub-imperialista de um Portugal que volta a entrar em divergência face à UE, que demonstra ser extremadamente vulnerável à turbulência económica, que continua com uma estrutura económica assente em mão-de-obra barata, que regista o maior aumento da taxa de desemprego dos países europeus no quadro da actual crise, que acumula um brutal défice da balança de transacções correntes e se prepara para o choque do fim dos fundos estruturais, não é de excluir uma aceleração brusca da história neste elo comunitário periférico representado pela nossa sociedade. Mário Soares já alertou para isso na sua "langue de bois" e o respeitado economista burguês Silva Lopes chegou a alertar para a possibilidade de bancarrota dentro de alguns anos. Ora, nos novos tempos que correm torna-se imperioso explicar o carácter putrefacto do imperialismo, responder aos problemas dentro de uma lógica tendente à superação do reformismo incorporado nas massas e formular claramente

a perspectiva de uma revolução socialista. Obviamente, a apresentação desta mundivisão para o exterior integrará alguma reformulação linguística e carece de diálogo com a consciência atrasada das massas. Porém, em textos essencialmente destinados à militância interna como é o caso da *Resolução Política* não há necessidade de reinventar quase globalmente a linguagem e de quase remeter a perspectiva da revolução socialista para o domínio da utopia. E tampouco se compreende que algum do importante arsenal programático da tradição socialista revolucionária como a abertura dos livros de contas dos capitalistas, a proibição legal de despedimentos em empresas com lucros, o controlo operário da produção e a estatização exemplar de empresas com falências fraudulentas, com despedimentos massivos ou com outras práticas lesivas do conjunto da sociedade, não seja referido no texto quando o aumento impressionante do desemprego se torna central no nosso país. Parte dessas medidas foi proposta pela coligação LO/LCR nas europeias de 1999 em França e isso contribuiu para a eleição de cinco eurodeputados e para mais de 5% de votos.

A terminar e dado o acento do texto numa maior clarificação da linguagem e da perspectiva estratégica, voltemos a frisar a convergência que prevalece com a compreensão e a transformação da realidade capitalista presente no Projecto de *Resolução Política*. Ela está na identificação da guerra infinita e do neo-liberalismo como elementos essenciais da barbárie capitalista. Está na definição do modelo conservador-liberal do barrosismo como grande inimigo do povo português e na demarcação face ao social-liberalismo do PS incapaz de romper com o neo-liberalismo. Está na denúncia dos estalinismos como negação mesma do comunismo e na reivindicação de um socialismo com democracia, com ecologia e com minorias emancipadas. Está em todo um conjunto de propostas progressivas para começar já a enfrentar o neo-liberalismo e o conservadorismo, seja na reivindicação do pleno emprego, na recusa categórica do pacote laboral ou na luta pelo direito ao aborto. Está na linha geral que nos parece apontar para um BE que continua a correr por fora do poder, dada a inexistência de um programa maioritário de esquerda que rompa radicalmente com o neo-liberalismo. Está ainda na perspectivização de uma renacionalização dos sectores fundamentais da economia e na coragem de abraçar o horizonte socialista revolucionário, sem prejuízo da forma "light" que isso assume no texto. Onde certamente essa convergência não está é no entendimento do carácter que a linguagem e a tónica de um texto mais histórico-sistemático e essencialmente virado para a militância interna do BE devem ter.

9 teses em torno das relações entre a globalização capitalista e a crise da democracia

FERNANDO ROSAS

A crise política de legitimidade e de representatividade que vai minando de forma inexorável os sistemas liberais do Ocidente não se deve a razões passageiras, ligadas a dificuldades sociais e políticas conjunturais decorrentes da crise económica, do desemprego ou da imigração.

Todos estes factores existem e influenciam negativamente o desempenho político e institucional dos sistemas liberais. Mas tanto uns como o outro são expressão de algo mais profundo que respeita às contradições estruturais que penetram os sistemas políticos e económicos na fase presente de desenvolvimento do capitalismo. Fenómenos cuja solução tem menos a ver com melhorias artificiais e cosméticas dos sistemas políticos do que com a compreensão da lógica profunda do presente impasse.

Daí as nove teses em que, seguidamente, procuro, muito sumariamente, concretizar a questão das relações entre a globalização capitalista e a crise da democracia e sugerir uma orientação geral sobre os caminhos da sua superação.

1ª tese O capitalismo na sua actual fase de globalização financeira, no tocante à Europa Ocidental – e não só – integrou mercados, unificou as moedas e as políticas financeiras, está a integrar as polícias de segurança e os serviços de informação mas nada, quer da informação histórica passada, quer das tendências actuais, nos permite pensar que vai globalizar supranacionalmente as democracias numa espécie de democracia parlamentar federal. Pelo contrário.

2ª tese A globalização capitalista não só não vai, previsivelmente, globalizar a democracia, como se rege por uma lógica política potencialmente contraditória com a subsistência das democracias parlamentares dos Estado-Nação herdadas do triplo património da Revolução Francesa, das conquistas sociais e políticas do movimento operário e da vitória sobre o nazi-fascismo na II Guerra Mundial, pondo-a crescentemente em causa.

3ª tese A globalização capitalista e as necessidades constantemente acrescidas de repor e dilatar as taxas de lucro em ambiente de concorrência sem quartel, instantânea e à escala planetárias, induzem a um ataque generalizado ao património histórico de dois séculos de conquistas sociais pelo mundo do trabalho. Dir-

se-ia mesmo que o capital e as suas políticas neoliberais, monetaristas e recessivas, pretendem fundar um novo ciclo de políticas económicas e sociais sobre a destruição massiva de forças produtivas e a revogação radical do contexto social que fundou a modernidade do segundo pós-guerra. Não parece ser outro o significado da ofensiva anti-social e anti-democrática dos novos governos de direita emergentes da falência e das derrotas dos partidos e governos da Internacional Socialista.

4ª tese O mundo do futuro que a globalização capitalista inculca traz consigo, no plano da cultura e dos valores em geral, um novo paradigma implícito: a obnubilção da memória e das identidades históricas dos indivíduos, das instituições e das comunidades a favor daquilo a que Hobsbawn chama "o presente contínuo", o império do efémero, do superficial. Por forma a que sobre o vazio das referências se moldem outras novas, episódicas, latentes, encantatórias, deduzidas da selva do mercado e da amoralidade implacável dos "vencedores" a qualquer preço.

5ª tese A estratégia neoliberal do capitalismo global, após algum período de hesitação, parece ter entrado em rotura com a fórmula política rotativa de consenso ao centro que vinha a reger os sistemas de governação europeus desde o pós-guerra. Mais uma vez, o papel histórico dos partidos e governos da Internacional Socialista parece ter sido, com as suas políticas de direita, o de abrir caminho à rotura anti-social e serem varridos da área do poder. Uma rotura radical de direita, aparentemente com propósitos de refundação política, económica e social do sistema a que já antes me referi.

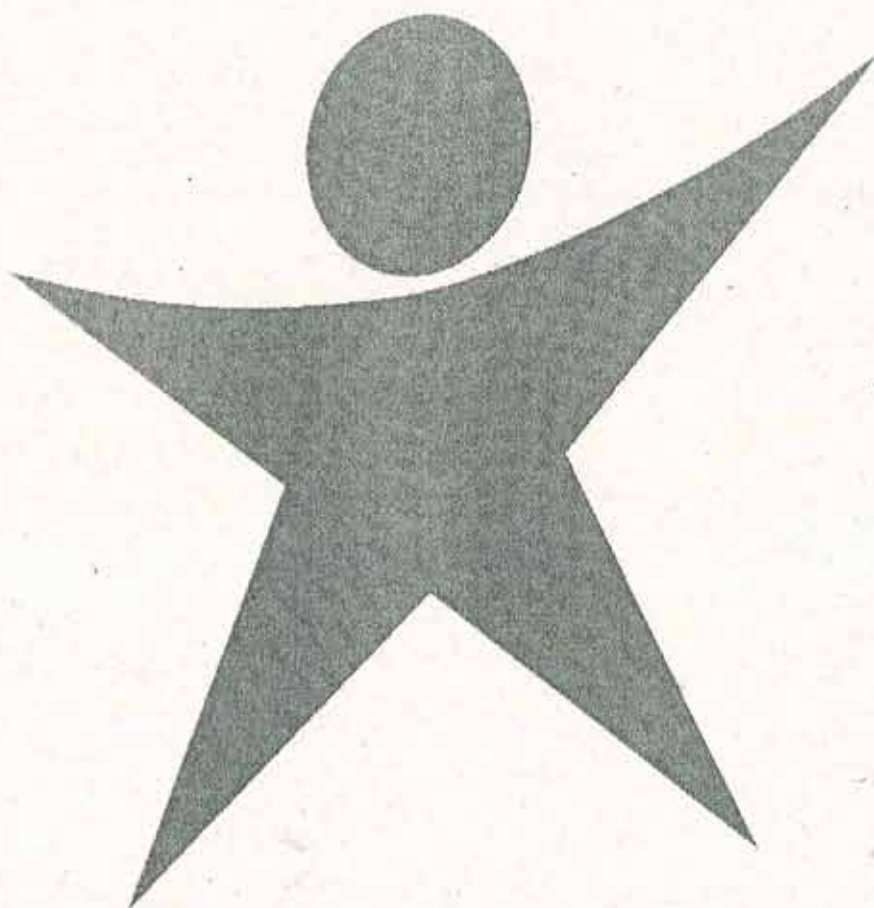
6ª tese A globalização capitalista e a conseqüente acentuação das desigualdades e das diferenças entre os estados e dentro deles ajudou a agravar a desordem mundial que sucedeu à "guerra fria", contrariando radicalmente as promessas de uma nova concórdia mundial assente numa espécie de "fim da História" que então se anunciava. Ao contrário, a emergência dos EUA como "hiperpotência" solitária e a afirmação da unipolaridade nas relações de força internacionais introduz a mais grave ameaça à paz e ao direito internacional desde a II Guerra Mundial. O império norte-americano e a sua teoria da "guerra preventiva" inaugurada na agressão ao Iraque, abrem – como bem salientam as teses – uma época de "guerra infinita" e contínua ditada pela lei do mais forte. Devolvendo plena actualidade ao conceito – de alguma forma relativizado pelo "equilíbrio do terror" na guerra fria – de que o imperialismo é a guerra.

7ª tese Resumiria dizendo que a lógica da globalização capitalista parece desenvolver tensões, quer a nível supranacional, quer no plano nacional, contrá-

rias à democracia política tal como a herdámos e aprofundámos desde finais do século XVIII; mais seguro é dizer que ela exprime uma lógica claramente antagónica com a democracia social e as conquistas do mundo do trabalho nos dois últimos séculos; contraditória é também com o paradigma cultural progressista, solidário e pluralista da modernidade ou, se se quiser, de uma neomodernidade em construção. E totalmente antagónica com a paz mundial e os sistemas de regulação e contratualização de conflitos herdados da II Guerra Mundial.

8ª tese Só a mobilização e a luta solidária e mundializada dos povos por uma globalização alternativa pode responder com sucesso a estas ameaças. E não a corrida inglória e suicidária à constituição e arruamento de espaços geoestratégicos imperiais, coligados ou não, de disputa económico-militar ou de partilha de zonas de influência com a hegemonia dos EUA. Só essa mobilização pode estabelecer plataformas nacionais e internacionais de resistência e resposta visando a defesa e a redefinição e reconstrução da democracia política, social, cultural e ambiental.

9ª tese Nesse sentido, a luta contra a iniquidade essencial do sistema obriga-nos a combatê-lo "por fora", mas também "por dentro". Isto é, a fazer do aproveitamento dos espaços e das tribunas que nele conquistamos, espaços e tribunas de luta e pedagogia acerca dos seus limites e do imperativo da sua transformação ou superação. Penso ser esse, e bem, o sentido das propostas das "teses" sobre a Europa acerca do nosso empenhamento no debate sobre a democratização das instituições europeias. É porque só uma outra Europa a pode fazer que é importante propô-la face à Europa que a não pode fazer.



Bloco **de Esquerda**

www.bloco.org

bloco.esquerda@bloco.org

Comissão Organizadora da III Convenção: coen@netcabo.pt

sede nacional:

Avenida Almirante Reis, 131, 2º

1150-015 Lisboa